

Humanizar

Centro
Socioeducativo de
Reinserção Social do
Jovem Infrator-
Goiânia-GO



Humanizar

Centro
Socioeducativo de
Reinserção Social do
Jovem Infrator-
Goiânia-GO

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Denise
Data: 01/06/2021
Aluna: Maria Júlia de Queiroz e Santos

Goiânia-GO

SUMÁRIO

Introdução	01
1. Fundamentação teórica	
1.1 Histórico sistema penitenciário	03
1.1.1 O sistema penitenciário no Brasil	03
1.2 Criação do ECA e seu contexto histórico	05
1.2.1 Responsabilidade penal do adolescente	07
1.3 Segurança Pública e educação em Goiânia	07
2. Centro Socioeducativo de Reinserção Social do Jovem Infrator	09
3. O lugar	13
4. Usuário	19
5. Estudos de caso	
5.1 Prisão Storstrom	22
5.2 Colégio Piez Descalzos	24
5.3 Fundação CASA	26
6. Anteprojeto	
6.1 Neuroarquitetura	29
6.2 Programa de necessidades	31
6.2.1 Fluxograma	32
6.3 O edifício	31
Considerações finais	47
Referências bibliográficas	48

INTRODUÇÃO

Apesar de clichê, as crianças e adolescentes são sim o futuro de uma nação, serão eles os próximos profissionais que irão garantir o funcionamento da sociedade. Portanto é dever social e do Estado garantir-lhes acesso aos direitos básicos de todo cidadão: saúde; educação; moradia; segurança e lazer.

Quando se trata da população infanto-juvenil em conflito com a lei, a maioria não tem acesso a esses direitos básicos. Muitos estão nessas condições devido a vulnerabilidade social em que se encontram, e quando condenados a medidas socioeducativas, espera-se uma reabilitação efetiva a fim de reinseri-los no convívio social. Entretanto, a realidade é outra, as medidas socioeducativas, principalmente as internações, reafirmam frequentemente, o quão estão à margem da sociedade.

É pensando nisso e acreditando no potencial transformador da arquitetura, que nasce o Humanizar, um Centro Socioeducativo para Reinserção Social do Jovem Infrator, no qual terá como princípio propor soluções arquitetônica a fim de auxiliar o acesso aos direitos e deveres da criança e do adolescente conforme estabelecido no ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).

O Centro terá um atendimento humanizado, com uma arquitetura que proporcionará o bem-estar do interno, auxiliando assim em uma recuperação bem-sucedida e uma reinserção social efetiva. O projeto contará com áreas que fornecerão domínios que irão propiciar a estes jovens a entrada no mercado de trabalho. Sendo assim, todo esse processo terá como consequência esperada a diminuição da reincidência desses jovens e um futuro melhor para o país.

Diante disso, este trabalho visa uma melhoria no sistema socioeducativo de jovens infratores no Brasil, ressaltando a importância da humanização em todo o processo de (re)educação, acarretando em uma possível diminuição da criminalidade entre os jovens e trazendo benefícios para o Brasil.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



1.1. Histórico sistema penitenciário

Antes do séc. XVIII, em todos os países do mundo, o sistema de privação de liberdade (prisão) não era uma forma de pena. O acusado era mantido em cárcere durante todo o processo em ambientes insalubres sob agressões e torturas a fim de evitar uma tentativa de fuga. Entre o final do séc. XVIII e início do séc. XIX, iniciou-se um processo de legislação do sistema penal. Em uma sociedade na qual a liberdade é um direito para todos, privar os indivíduos dela é um castigo.

O encarceramento sempre teve como finalidade a reeducação do infrator antes de soltá-lo para o convívio em sociedade. No final do século XVIII, começaram as primeiras críticas ao sistema penitenciário existente. O primeiro crítico foi John Howard (1726-1790) que após análises de prisões da Inglaterra publica "As condições das prisões da Inglaterra e Gales" com críticas e propostas de mudança para humanizar o regime prisional da época. Uma dessas mudanças previa construção de prisões que funcionariam como a punição e não como início, meio e fim do processo. Em 1775 e 1781 foram construídas duas penitenciárias conforme as teorias de Howard.

Em meados de 1787, Jeremias Bentham (1748- 1832), teorizou seu modelo arquitetônico chamado panóptico (pan=tudo + ótico=ver), que consistia em um edifício de forma semicircular, em cujo o centro havia uma torre para o vigilante e em suas bordas os locais para os vigiados. Esse modelo se encaixaria em fábricas, manicômios e, principalmente, em sistemas penitenciários. Em 1821, surgiu, na cidade

de New York, a prisão de Auburn, em que o trabalho foi essencialmente transformador na reeducação do preso.

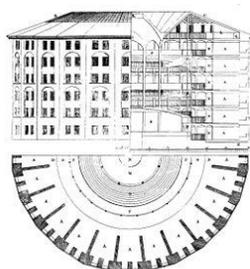


Figura 01- Panóptico, Bentham, 1791. Disponível em: <<https://deflem.blogspot.com/1999/08/>>



Figura 02- Penitenciária de Cherry Hill, Filadélfia. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/9493/>>

Após o lançamento de penitenciárias como essas, a preocupação com esse sistema aumentou em todo o mundo. Em 1846, ocorreu o primeiro Congresso Internacional de Prisões, em Frankfurt. Portanto, vê-se uma progressão no processo penitenciário em todo o mundo, buscando um aprimoramento no regime a fim de obter uma reeducação efetiva dos condenados.

1.1.1- O sistema penitenciário no Brasil

No Brasil, o sistema penitenciário é marcado, desde sua origem, pela exclusão social. Nos dias atuais isso ainda é visível.

Até o fim do século XVIII e início do século XIX, todas as cadeias ainda possuíam características arquitetônicas e administrativas da época do sistema colonial.

A primeira prisão registrada em documento no Brasil foi a Casa de Correção, em 1769, no Rio de Janeiro. Em seguida construiu-se uma em São Paulo.

As prisões brasileiras, chamadas "Cadeias Públicas", dividiam espaço com as Câmaras Municipais, por isso os edifícios eram chamados de "Casas da Câmara e Cadeia". Esse modelo se estendeu por diversos anos até o surgimento das primeiras leis referentes ao sistema prisional.

O primeiro código penal do Brasil foi sancionado em 1830, logo após a abdicação de D. Pedro I. Até então submetia-se às Ordenações Filipinas por ser, ainda, uma colônia portuguesa. Entre as penas estabelecidas estavam morte, tortura e humilhação pública, ou seja, penas que denegriam e desestimulavam o detento. A primeira Constituição do Brasil foi outorgada em outubro de 1824 e com ela se iniciou a reforma do sistema punitivo do país. Algumas das medidas adotadas foram: o banimento de algumas punições cruéis; determinação de cadeias com separação dos acusados conforme a gravidade do crime cometido e a exigência de ambientes seguros e limpos aos réus.

Em 1831 criou-se o primeiro Código Criminal do Império em que ficaram mais definidos pontos cruciais no sistema punitivo. Agora a sentença centrava-se na infração e não no infrator, ou seja, julgaria conforme a gravidade do ato criminoso. A seguir, alguns pontos do Código:

Art. 46. A pena de prisão com trabalho, obrigará aos réus a occuparem-se diariamente no trabalho, que lhes fôr destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças, e dos regulamentos policiaes das mesmas prisões.

Art. 47. A pena de prisão simples obrigará aos réus a estarem reclusos nas prisões publicas pelo tempo marcado nas sentenças.

Art. 48. Estas penas de prisão serão cumpridas nas prisões publicas, que offercerem maior commodidade, e segurança, e na maior proximidade, que fôr possível, dos lugares dos delictos, devendo ser designadas pelos Juizes nas sentenças.

Quando porém fôr de prisão simples, que não exceda a seis mezes, cumprir-se-ha em qualquer prisão, que haja no lugar da residencia do réo, ou em algum outro proximo, devendo fazer-se na sentença a mesma designação.

Art. 49. Enquanto se não estabelecerem as prisões com as commodidades, e arranjos necessarios para o trabalho dos réos, as penas de prisão com trabalho serão substituidas pela de prisão simples, acrescentando-se em tal caso á esta mais a sexta parte do tempo, por que aquellas deveriam impôr-se.

Art. 50. A pena de banimento privará para sempre os réos dos direitos de cidadão brasileiro, e os inibirá perpetuamente de habitar o territorio do Imperio.

Os banidos, que voltarem ao territorio do Imperio, serão condemnados á prisão perpetua."

Apesar o Código Criminal, dar início à preocupação com o sistema prisional, ainda faltava tratar de assuntos importantes como o funcionamento dos estabelecimentos prisionais. Entretanto, de acordo com relatórios registrados, todas as prisões possuíam realidades parecidas, que inclusive se assemelham com as de hoje: a precariedade dos ambientes e serem "escola de imoralidade erecta pelas autoridades, paga pelos cofres públicos" como consta no relatório da Comissão de Cidadãos Probos, que visitava e avaliava prisões, em 1841.

A partir desses relatórios se inicia um debate quanto a efetividade dos sistemas penitenciários do Brasil.

Em meados de 1850 foram inauguradas as Casas de correção de São Paulo e Rio de Janeiro. Ambas foram influenciadas pelo modelo panóptico de Jeremy Bentham. As duas prisões conquistaram resultados positivos. Entretanto, ainda eram apenas dois exemplos bons em um vasto cenário de exemplos ruins pelo país. Anos depois começaram as críticas às duas Casas de Correção.

Diante do insucesso do sistema penitenciário do Brasil e a contínua influência estrangeira, em 1890 se instaura o novo Código Penal que aboliu penas como a de morte, a perpétua, os açoites e determinou que a privação de liberdade poderia ter uma duração de no máximo trinta anos, podendo variar entre: prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e prisão disciplinar. As opções consideravam os três estágios do processo: isolamento, trabalho em conjunto e livramento condicional.

A prisão celular, ou seja, uma cela por detento, foi o modelo para a arquitetura penitenciária no Brasil. Entretanto, o aumento desenfreado da população encarcerada fez com que um abismo se abrisse entre a teoria e a prática do sistema penitenciário. As celas começaram a superlotar e, conseqüentemente, os ambientes foram se deteriorando.

O Brasil seguiu evoluindo no âmbito penitenciário. As novas prisões eram construídas se esquivando de erros já cometidos e se esforçando para garantir êxitos.

Enfim, é notória a tentativa brasileira de aperfeiçoar o sistema carcerário, sempre buscando corrigir ou atenuar problemas existentes. Entretanto, ainda há características que dificultam o sucesso desse sistema. As características arquitetônicas, por exemplo, ainda se

assemelham às fortalezas impessoais, reafirmando a segregação do indivíduo e potencializando o desânimo e a de recuperação do preso, prejudicando assim, o objetivo final da pena: retorno do infrator à sociedade com a garantia de que este não irá retornar ao crime. Portanto, constata-se que apesar de tamanha evolução, o sistema carcerário brasileiro ainda se encontra muito aquém do ideal.

1.2- Criação do ECA e seu contexto histórico

No período colonial no Brasil, crianças e adolescentes não tinham distinção no quesito proteção. Em 1521, com o objetivo de afastar as crianças indígenas de seus costumes e aproximá-las da cultura portuguesa, surgem casas de abrigo para crianças. Para facilitar o acesso a essa cultura e ao ensino religioso.

Em 1726, as irmãs da Santa Casa de Misericórdia da Bahia inventaram a “Roda dos Expostos” ou comumente chamada de “Roda dos Rejeitados”. Essa roda se tratava de um cilindro instalado em uma parede, que possuía uma abertura, esse cilindro girava colocando a abertura, ora para dentro da Santa Casa ora para fora. As crianças eram deixadas ali para serem abrigadas e cuidadas. Entretanto era muito comum o trabalho infantil e, devido a isso, o índice de mortalidade infantil era muito alto. Até o fim do século XIX, o trabalho escravo de adolescentes era muito difundido no país, os meninos por conta de seu porte físico e disposição para trabalhar e as meninas para servirem de objetos sexuais para seus senhores.

A transição do século XIX para o XX, foi um pouco conturbada. Devido à abolição da escravidão; a grande expansão industrial; falta de empregos somada ao baixo índice de contratação de negros e inexistência de políticas públicas sociais, o número de jovens desvalidos morando nas ruas aumentou exponencialmente.

Em 1927 criou-se o primeiro código de menores por Mello de Matos, que buscava estabelecer diretrizes para tratar de jovens excluídos. Entretanto, devido a sua falta de clareza, muitos jovens ainda ficavam a mercê da ética do juiz ditava a sentença. Em 1942 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que nasceu da união e de adaptações das Casas de Correções para adolescente infratores, reformatórios e escolas agrícolas para menores carentes. Para muitos, o SAM é considerado a primeira política pública para crianças e adolescentes no Brasil.

No ano de 1964 instaurou-se no Brasil o Regime militar que durou até 1985. Com ele vieram diversas medidas, inclusive a extinção do SAM e a criação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar dos Menores) que estabeleceu diretrizes políticas para os jovens em todo o território nacional, na tentativa de combater a ineficácia do SAM. A partir da FUNABEM começou a criação, em âmbito estadual, da FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor) com a intenção de atender jovens em conflito com a lei e de afastá-los da marginalidade e garantindo sua reinserção social de forma efetiva. Entre as décadas de 60 e 70, com a ineficiência dessas fundações, surgiram iniciativas sociais como manifestações populares em defesa dos direitos das crianças.

Em 1979 criou-se o 2º Código de Menores, que prosseguiu sem afirmar com clareza os tratos com a população infanto-juvenil.

A Lei apenas inseriu o conceito de “menor em situação irregular” que distinguia grupos entre “perigoso” e “em perigo”, porém ainda os deixava a mercê do judiciário. Na década de 70 se iniciou uma importantíssima discussão sobre a problemática da infância e da adolescência.

A década de 80 foi marcada por grandes avanços políticos sociais. Em 1988, foi promulgada a Constituição Brasileira que foi reconhecida pela transformação no âmbito da área social, e contou com uma participação ativa da comunidade. Mais à frente, a Assembleia Constituinte organizou uma equipe comprometida com a população infanto-juvenil, que resultou na concretização do artigo 227 que abordava direitos fundamentais dessa população. Este artigo garantia às crianças e adolescentes os direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, além de protegê-los de forma especial, ou seja, através de dispositivos legais diferenciados, contra negligência, maus tratos, violência, exploração, crueldade e opressão. Com isso, vê-se com clareza que os princípios teóricos do ECA estavam sendo lançados.

No dia 13 de julho de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), considerada uma das maiores conquistas nas normas que diz respeito às crianças e adolescentes. Uma de suas mais relevantes reformulações foi a retirada das intervenções arbitrárias do Estado na vida desses jovens.

Para estabelecer as diretrizes de formação do ECA, foi necessário a criação de um grupo formado por membros representantes de organizações da sociedade civil e membros representantes das instituições governamentais.

Entretanto, ainda se vê dificuldades na implementação efetiva do ECA. Um dos motivos deste desafio, é o histórico repressivo e corretivo enraizado nos trabalhadores da área. Apesar de ainda haver um longo caminho para que o Estatuto da Criança e Adolescente opere plenamente, são inegáveis os avanços que sua implantação vem proporcionando nos últimos anos. Portanto, a luta para garantir os direitos e deveres dos jovens do país ainda não está ganha, por isso, deve-se persistir lutando, pois, conseqüentemente, a luta também é por um país melhor.

1.2.1- Responsabilidade penal do adolescente

Com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente, houve um detalhamento e especificação de todos os direitos e deveres da população infanto-juvenil do país, inclusive da prática de atos infracionais.

Segundo o ECA, o adolescente que cometer algum ato infracional irá cumprir medidas socioeducativas conforme estabelecido em Lei. Estas medidas são:

- Advertência: é a repreensão verbal feita por uma autoridade competente, sendo formalizada em um termo
- Obrigação de reparar o dano: é quando a autoridade estabelece que o adolescente deve restituir ou ressarcir a vítima pelo dano causado.
- Prestação de serviços à comunidade: são atividades gerais de serviços comunitários, estabelecido conforme aptidão do adolescente, e não pode exceder 6 meses.
- Liberdade assistida: a autoridade responsável pelo caso, designará uma

pessoa capacitada a fim de acompanhar, orientar e auxiliar o adolescente.

- Regime de semi-liberdade: o adolescente pode realizar atividades externas à instituição.
- Internação: é a medida em que o adolescente é privado de sua liberdade. O centro de internação deverá garantir todos os direitos e deveres do jovem conforme estabelecido em Lei.

1.3- Segurança pública e educação

A segurança é direito fundamental dos cidadãos. Está estabelecida no artigo 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e deve ser assegurada pelo Estado.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)

Entretanto, é notória a ausência de aparatos suficientes por parte do Estado para garantir essa segurança, que somada à falta de colaboração por parte da comunidade, culmina em criminalidade e violência grave. Em Goiânia não é diferente. A falta de efetividade da segurança pública, gera a necessidade de abordar a urgência de medidas eficazes na luta contra a criminalidade.

Um ponto relevante nessa luta contra o crime é a educação. Crianças dentro de escolas, além de garantir um ensino que os qualifique para o mercado de trabalho, os mantém afastados do mundo do crime. Segundo uma pesquisa

realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Pública), pelo economista Daniel Cerqueira, em 2016, constatou-se que, para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos dentro da escola, há uma diminuição de 2% no índice de homicídios.

Os dois temas são de extrema relevância para o bem-estar social. Pensando nisso, educação e segurança social relacionada a população infanto-juvenil foi o assunto escolhido como temática deste Trabalho de Conclusão de Curso. Garantir a segurança da população e a educação dos jovens é uma forma de assegurar um futuro melhor para suas famílias e, conseqüentemente, para o país.

**2-CENTRO SOCIOEDUCATIVO
PARA REINSERÇÃO SOCIAL
DO JOVEM INFRACTOR**



Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente “considera-se criança (...) a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Todos eles possuem direitos que devam lhes garantir uma vida digna, independentemente de suas condições, conforme estabelecido no artigo 3º do ECA (lei nº 8.069/1990), como mostra-se a seguir:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(...)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Jovens com idade inferior a 18 anos quando cometem algum ato infracional, são submetidos a medidas socioeducativas. Entende-se por medidas socioeducativas ações determinadas por juízes com finalidades pedagógicas em adolescentes, já que estes, de acordo com o ECA, não possuem maturidade para responder plenamente por seus atos.

Todas as medidas possuem como finalidade a recuperação desses jovens, para que quando retornem ao convívio social, contribuam com sua mão-de-obra de forma honesta e segura. Como exposto, uma dessas medidas socioeducativas é a internação. Entende-se por internação, o local onde os jovens permanecem por um período de tempo determinado por um juiz. Estes jovens ficam na internação durante todo o dia e noite, ou seja, não estão liberados para saírem, como no caso da semiliberdade. Portanto, estes recintos devem garantir todos os direitos e deveres dos adolescentes conforme estabelecido no ECA, como saúde, educação e lazer.

Apesar de clichê, as crianças e adolescentes são sim o futuro de uma nação, serão eles os profissionais que irão garantir o funcionamento da sociedade. Sendo assim, o tema para este Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a desenvolver o projeto de um Centro de Internação socioeducativo para reinserção social para jovem infrator. O local de implantação será Goiânia-GO, uma capital com níveis de violência consideravelmente altos.

A violência entre os jovens pode ser tratada como um problema, não só do Estado, mas também social. Portanto, o Centro de Internação aqui proposto, busca uma forma mais humanizada de tratar este problema, do que o sistema vigente. No que se diz respeito a

arquitetura, o projeto propõe garantir todos os direitos estabelecidos em Lei, para a recuperação desses jovens. Lutar contra a criminalidade e reeducar esses adolescentes, é afirmar que terão um amanhã melhor, reinseridos no mercado de trabalho e contribuindo para o país.

MAS PORQUÊ ESTE TEMA?

Em 2017, Goiânia e Aparecida de Goiânia, segundo uma pesquisa realizada pela ONG mexicana *Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal*, saiu da lista das 30 cidades mais perigosas do mundo, ocupando agora nesse *ranking* a 50ª posição. O estudo, realizado através da análise do número de homicídios a cada 100 mil habitantes, foi feito em cidades com mais de 300 mil habitantes não envolvidos em conflitos ou guerras. Apesar de ter ocupado uma posição inferior, a situação de Goiânia não deixa de ser preocupante, uma vez que possui 33,66 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Segundo a 5ª edição do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), realizada em 2012, divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Goiás ocupa a 7ª posição na lista das cidades com maior número de assassinato de adolescentes do país. O IHA avalia o risco de adolescentes serem assassinados antes de completarem sua maioridade nas cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. No resultado, Goiânia ocupa a 10ª posição, com 3,84 homicídios a cada mil adolescentes. Portanto, o IHA somado com a posição de Goiânia no *ranking* de cidades mais perigosas, torna o cenário preocupante com poucas políticas públicas para combatê-lo.

Os jovens, quando condenados à internação, podem permanecer nos centros de semanas até anos (máximo 3 anos conforme estabelecido no ECA). O

centro de internação, como as outras medidas socioeducativas, tem como finalidade a recuperação desses jovens, para o retorno à sociedade.

Em Goiânia, há apenas um Centro de Internação e está localizado no Setor Vera Cruz. E como todo o sistema de recuperação, como penitenciárias, no Brasil, a prática está distante da teoria. O que deveria ser um ambiente para educar os jovens infratores e reinseri-los de forma efetiva na sociedade, a fim de evitar a reincidência, se tornam verdadeiras escolas do crime. Além disso, a superlotação do local, somada a outros fatores, faz com que as condições sejam inferiores às recomendadas.

Cidades com área e população parecidas com a de Goiânia, possuem mais de um centro de internação. Belo Horizonte, por exemplo, possui seis Centros de Atendimentos Socioeducativo, Porto Alegre possui sete. Uma análise feita pela Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo, afirma que a melhor distribuição desse serviço garante uma maior eficácia. Portanto, seria imprescindível e justificável a construção de mais um Centro de Atendimento Socioeducativo em Goiânia.

O CASE (Centro de Atendimento Sócio Educativo) de Goiânia, é de responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Social e pode ser considerado um modelo a não ser seguido. Muitos consideram a unidade o oposto de centro de socialização. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo (Sindsse-GO), há escassez de servidores para tomarem conta dos adolescentes e isso acarreta diversos transtornos. “O Estado insiste em fingir que o Case é um Centro de Socialização, mas na verdade é um depósito de adolescentes” diz o sindicalista.



Figura 03- CASE Goiânia- GO. Disponível em: <<https://www.emaisgoias.com.br/doze-menores-fogem-de-centro-de-atendimento-socioeducativo-em-goiania/>>

Apesar de ter sido ampliado há alguns anos, o CASE Vera Cruz foi cenário de violência e é temido por servidores e adolescentes. A seguir alguns dos exemplos de violência:

- Em 8 de Janeiro de 2018 14 internos fugiram pulando o muro. Antes da conclusão da ação, manteve servidores de reféns.
- Em 29 de janeiro de 2018 um servidor é ferido em uma tentativa de fuga
- Em 7 de junho de 2019 um interno de 15 anos é encontrado morto em um banheiro, e o autor foi outro interno.
- Em 11 de junho de 2019 um adolescente de 18 anos foi amarrado, torturado e assassinado por companheiro de alojamento.

É nesse cenário, somado ao interesse pelo tema, que nasce o desejo de projetar um Centro de Internação Socioeducativo para reinserção Social do jovem Infrator. Com o fim de garantir todos os direitos e deveres estabelecidos no Estatuto da Criança e Adolescente de forma humanizada. E, com isso, garantir a recuperação desses jovens, atestando um futuro melhor tanto para os jovens e suas famílias quanto para o estado e, conseqüentemente, o país.

Além disso, a trajetória no curso de Arquitetura e Urbanismo faz crescer e reconhecer a importância da arquitetura

em cada implantação e seu papel no processo de contribuição para transformações sociais. Somado a isso, acompanhar a trajetória de um familiar no curso de Direito, e vê-lo trabalhar na área penal, impulsionou o desejo de tratar desse tema.

Portanto, o interesse de projetar um Centro de Internação é uma tentativa de abordar a necessidade da discussão acerca desse tema. A violência por parte de jovens é um distúrbio social que exige atenção e medidas públicas socioeducativas efetivas. Por mais que essa seja uma questão que demanda a participação de várias áreas, cabe somente ao arquiteto propor soluções espaciais que poderão contribuir para a melhoria dessa realidade.

3. O LUGAR





Brasil



Goiás



Goiânia

O lugar escolhido para a implantação do projeto é a APM (Área Pública Municipal) 08 e se encontra na Al. Josefina Magalhães de Carvalho s Carvalho no Bairro Residencial Humaitá e é uma AUS (Área de Unidade Sustentável). O lote está localizado próximo a avenidas importantes como a Perimetral Norte e Av. Goiás Norte, bem como dos Urias Magalhães e Balneário, além de pontos de referência como o Passeio das Águas Shopping.

- Praça cívica - lote: 8km- 30 minutos com transporte público (013)



Figura 04- Praça Cívica. Disponível em: <<https://diariodegoias.com.br/praca-civica-sera-inaugurada-neste-sabado-24/>>

- Aeroporto de Goiânia- lote: 8,8km- 1h e 15min com transporte público (225>180)



Figura 05- Aeroporto de Goiânia. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/aeroporto-de-goiania>>

- Estádio Olímpico de Goiânia- lote: 5,5km- 45 min com transpor público (013)



Figura 06- Estádio Olímpico. Disponível em: <<https://diaonline.ig.com.br/2019/02/08/estadio-em-goiania-conheca-os-5-da-capital-para-curtir-um-bom-futebol/?>>

- Rodoviária de Goiânia- lote: 4,5km- 25 minutos com transporte público (013)



Figura 07- Rodoviária de Goiânia. Disponível em: <<https://jornalhoraextra.com.br/transportes/19086-movimento-na-rodoviaria-de-goiania-deve-aumentar-50-no-ano-novo/>>



USOS

-  Área de implantação
-  Comércio e serviços
-  Residencial
-  APM
-  Vazio urbano

VIAS

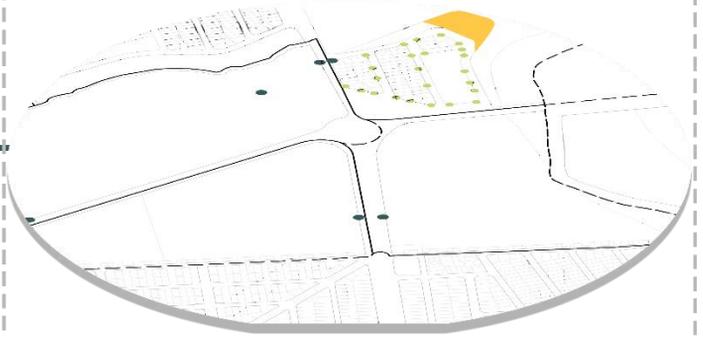
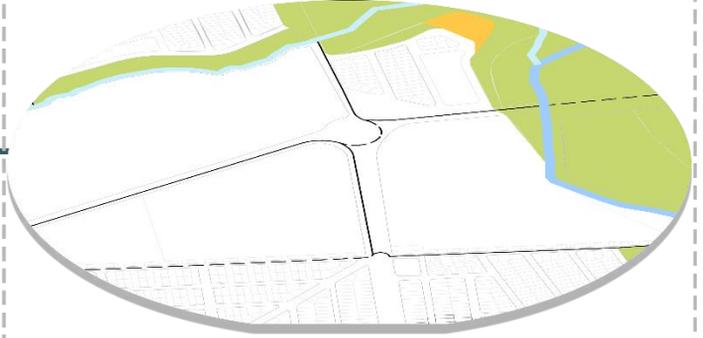
-  Área de implantação
-  Av. Perimetral norte
-  Vias locais
-  Av. Goiás Norte

VEGETAÇÃO E HIDROGRAFIA

-  Área de implantação
-  Área verde
-  Rio Meia Ponte
-  Ribeirão Caveiras

MOBILIDADE E ILUMINAÇÃO

-  Área de implantação
-  Postes
-  Pontos de ônibus



A primeira etapa deste trabalho, para a escolha do lote, foi de identificar e estudar áreas para a implantação do projeto (Centro Socioeducativo de Reinserção Social do Jovem Infrator). Inicialmente, buscou-se áreas na região central, a fim de garantir facilidade de acesso. Entretanto, foram estabelecidos alguns critérios. Um dos parâmetros adotados para a escolha do lote foi que este pertencesse ao município, uma vez que o Centro Socioeducativo possui caráter público. Outro critério adotado foi de que a implantação do centro fosse na região norte ou na região sul, para que o serviço de atendimento ao jovem infrator fosse melhor distribuído, já que o único centro de internação de Goiânia (CASE-Centro de Atendimento Socioeducativo) está localizado na região oeste da cidade, e a Casa de Semiliberdade e o Plantão Interinstitucional (local de passagem dos jovens para aguardarem a pena estabelecida pelo juiz), estão localizados na região leste.

A área escolhida se encontra entre a Rua RH6 e Al. Josefina Magalhães de Carvalho, bem próximo a Av. Goiás e Av. Perimetral Norte, no Bairro Residencial Humaita. A área do lote é de 8.007,00 m² com testada de 330m. e, mesmo podendo utilizar apenas 40% da área por ser uma AUS, atende as necessidades do projeto.

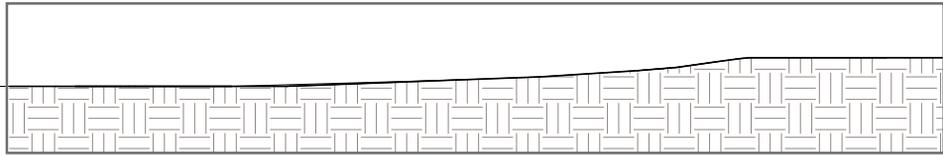
No Centro há atendimento médico básico, mas, caso haja necessidade, há Unidades de Saúde em um raio de menos de 3km de distância como o CIAMS Urias Magalhães que estão aptos a prestar serviços mais específicos. Além disso, a área possui fácil acesso a infraestrutura urbana- como, esgoto; água tratada e recolhimento de lixo, ou seja, com uma pequena expansão a região será dotada de saneamento básico. Além disso, há no lugar infraestrutura de transporte urbano que permite acesso fácil à da Praça Cívica

que se encontra na região central da cidade.

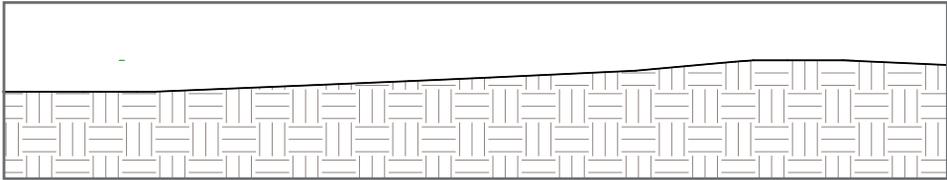
A gleba escolhida se encontra na região norte de Goiânia, que é a que possui maior índice de criminalidade da cidade, por estar próximo de bairros como Jardim Guanabara, Jardim Novo Mundo e Urias Magalhães. A área está dentro do perímetro urbano, a fim de garantir o sentimento de inclusão socioespacial dos jovens destinados ao centro de internação.

Um fator importante para a escolha dessa área de implantação do projeto foi o entorno. Este possui uma vasta vegetação e está próximo do Rio Meia Ponte e o Ribeirão Caveiras, o que acarreta em diversos benefícios, como por exemplo, ameniza os impactos do clima quente do centro oeste, se tornando um ambiente mais arejado e com melhor climatização. Um estudo liderado pela ONG *The Nature Conservancy* (TNC) em parceria com a Universidade de Virginia e o Centro de Resiliência de Estocolmo, e publicado na revista científica *Sustainable Earth*, analisou a relação do ser humano com a natureza, e obteve como resultado que o contato com a natureza traz benefícios para saúde física e mental e reduzir os níveis de estresse e ansiedade dos indivíduos.

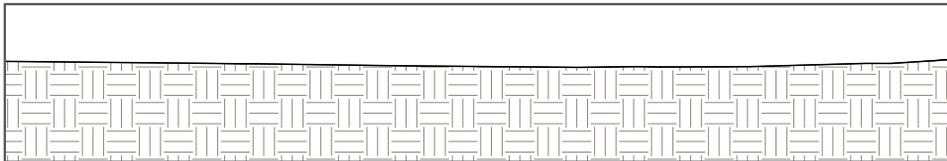
Uma das grandes dificuldades da ressocialização dos jovens que estão em conflito com a lei é estabelecer uma vida estável após a internação. Um ponto de muita importância para que esses jovens não se tornem reincidentes é uma oportunidade de trabalho. Pensando nisso, a área escolhida se encontra próximo de pontos que podem gerar emprego, como por exemplo o Shopping Passeio das Águas e uma das unidades da rede de Hipermercados Atacadão.



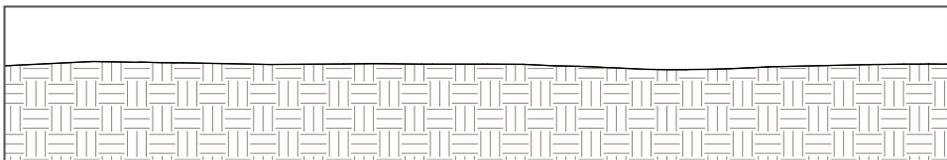
Corte AA



Corte BB

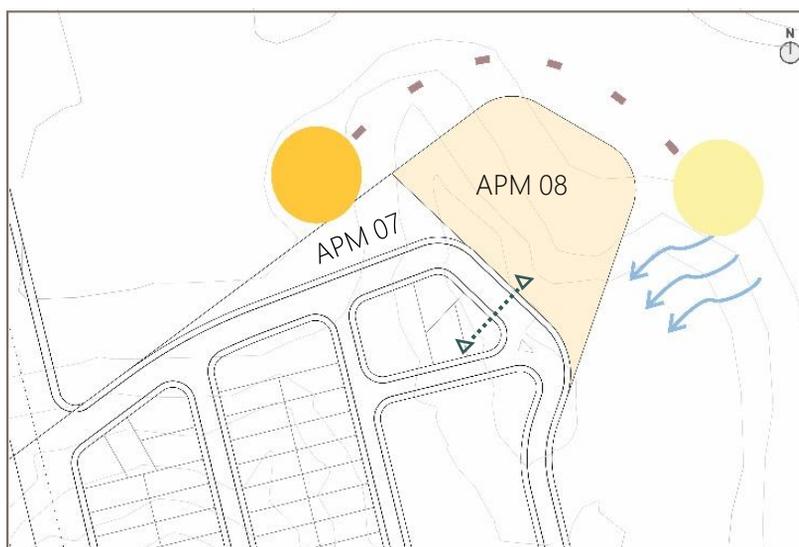


Corte CC



Corte DD

ESTUDO SOLAR E VENTOS PREDOMINANTES



Corte Al. Josefina Magalhães de Carvalho

USO DO SOLO

O (s) Lote (s), **APM 8** Quadra **APM**, **AL JOSEFINA MAGALHÃES DE CARVALHO** (Via local 4 de Pista Única), **RESIDENCIAL HUMAITÁ**, está (ao) situado (s) na unidade territorial denominada **ÁREA DE UNIDADE SUSTENTÁVEL – AUS**.

De acordo com Lei Complementar n. 171 de 29/05/2007 e Lei n. 8617 de 09/01/2008, nesta Área **SÃO ADMITIDOS** os seguintes Usos:

HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	ATIVIDADES ECONÔMICAS (Atividades não residenciais) COM GRAU DE INCOMODIDADE – 1 (GI-1), COM ÁREA TOTAL EDIFICADA E/OU OCUPADA PELA ATIVIDADE DE ATÉ 360,00m² (TREZENTOS E SESENTA METROS QUADRADOS). *
HABITAÇÃO GEMINADA	
HABITAÇÃO SERIADA	
HABITAÇÃO COLETIVA	

- Para os usos residenciais atender a Reserva Técnica para vagas de estacionamento conforme estabelece Tabela III e art. 67 do Código de Obras e Edificações Lei Complementar Nº. 177 de 09/01/2008.

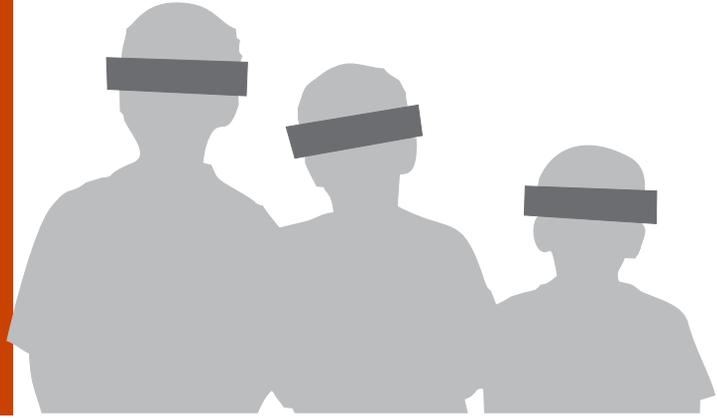
- Todos os Usos Não Residenciais (Atividades não residenciais) acima deverão possuir Reserva Técnica para vagas de estacionamento conforme estabelece Anexo IV e para os graus de incomodidade (GI) GI-3, GI-4, GI-5 atender o anexo III referente ao pátio de descarga, conforme Lei Nº 8.617 de 09/01/2008.

- No caso de habitação geminada, seriada e coletiva, será obrigatório o atendimento da fração mínima ideal de 90m² (noventa metros quadrados) da área do terreno por unidade habitacional, conforme artigo 121 da Lei 171/2007.

As edificações nesta área deverão atender as exigências urbanísticas estabelecidas conforme tabela abaixo:

OCUPAÇÃO	PERMEABILIDADE	ALTURA DA EDIFICAÇÃO Medida pela laje de cobertura do pavimento	AFASTAMENTOS		
			Lateral (m)	Fundo (m)	Frente (m)
40% SUBSOLO	Índice de Controle de Captação de Água Pluvial e Índice Paisagístico conforme artigo 128 e 128A da Lei Complementar n 246 de 29/04/2013.	3,00	-	-	5,00
40% ATÉ 6,00metros altura da laje de cobertura		6,00	-	-	5,00
		9,00	2,00	2,00	5,00
40% acima de 6,00 metros de altura da laje de cobertura			AFASTAMENTOS INTERBLOCOS O Dobro dos afastamentos laterais		

4. O USUÁRIO

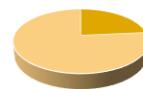


A criminalidade entre os jovens brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos anos. Os traços de delinquência podem ser resultantes de uma construção social cuja raiz está na própria violência familiar e social (LEVISKY, 2000, p.31). É fato que a infância e adolescência é a fase de formação psicológica e social de um indivíduo. Portanto, durante essa etapa da vida é de suma importância uma educação de qualidade, com acesso à cultura e lazer, além disso, é indispensável um acolhimento familiar, onde o jovem se sinta amado e inserido em um núcleo social.

Segundo o ECA, crianças são jovens até 12 anos e adolescentes são os que possuem entre 12 e 18 anos incompletos. Estes respondem penalmente apenas por atos infracionais, pois considera-se que crianças e adolescentes não possuem maturidade para responder por um ato criminal.

Em 2015, o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), realizou uma pesquisa para entender o perfil dos jovens infratores do Brasil. O resultado obtido foi o seguinte:

CLASSE SOCIAL



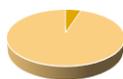
- MÉDIA PARA ALTA
- MÉDIA PARA BAIXA

O estudo mostrou ainda que o quadro de vulnerabilidade social do jovem é um fator determinante em sua condição de vida. Cerca de 66% dos jovens vivem em famílias extremamente pobres, que sobrevivem mensalmente com 0 a 3 salários mínimos. Com isso, muitos jovens entram para o mundo do crime pois, por não ter dinheiro para comprar o que precisa ou deseja, encontram roubo uma maneira fácil de se obter seus desejos. Esse é um dos motivos pelo qual o roubo é a principal infração cometida por esses jovens.

A escolaridade é outro aspecto de suma importância para os jovens, pois influencia diretamente a entrada desses jovens no mundo do crime. Um estudo realizado pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas pela Infância) aponta que a grande maioria dos jovens que cometeram algum ato infracional estavam fora das escolas. Por exemplo, 70% dos que cometeram homicídio não frequentavam escola há pelo menos dois anos. Outro ponto relevante na pesquisa foi a violência doméstica, crescer vendo agressões, gera, na grande maioria das vezes, um sentimento de revolta e para fugir dessa realidade, buscam refúgio no crime ou nas drogas. O tráfico de drogas, juntamente com o roubo, são os principais atos infracionais cometidos pelos jovens.

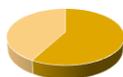
Portanto, os usuários do Centro de Internação são: jovens que cometeram atos infracionais, do sexo masculino, com idade entre 12 e 18 anos (a maioria entre 16 e 18), que, grande parte, não frequenta a escola e vive em situação de pobreza.

SEXO



- FEM.
- MASC.

RAÇA



- NEGROS
- BRANCOS

IDADE



- 12 a 16
- 16 a 18

5. ESTUDOS DE CASO



5.1- Prisão Storstrom

- Arquitetos: C.F. Møller
- Área: 32.000 m²
- Ano projeto: 2010
- Ano conclusão: 2017
- Engenharia: Rambøll
- Cliente: Serviço dinamarquês de prisão e liberdade condicional
- Localização: Blichersvej, Gundslev, Falster, Dinamarca

A prisão de Storstrom é uma prisão de regime fechado com segurança máxima localizado na Dinamarca. Ela foi construída pelo governo dinamarquês com a finalidade de ser a prisão com o serviço mais humanizado e ressocializante do mundo, pensada para garantir o bem-estar físico e mental dos internos.

O local tem capacidade de abrigar 250 internos. Um dos objetivos dos arquitetos foi de descaracterizar a prisão, ou seja, tornar mais humanizada uma instituição que tem histórico de ser "grandes fortalezas amedrontadoras". Portanto, o escritório C. F. Moller tentou criar a ideia e disposição de uma comunidade em forma de vila, para gerar uma experiência de convívio social. A disposição foi feita em módulos, o que garante uma boa organização, além de se assemelhar a estrutura urbana de aldeias.



Figura 10- Prisão Storstrom. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/885376/storstrom-prison-cf-moller>>

O presídio é constituído por edifícios distintos, cada um com sua função. As celas são individuais e estão agrupadas em unidades de quatro a sete celas, dispostas em torno de um centro social. Essas celas e centro social compõem um módulo, de dois pavimentos cada. As unidades têm acesso a uma sala de estar e cozinha compartilhada, onde os internos preparam suas refeições usando ingredientes que eles mesmos compram na mercearia do presídio (todos os detentos trabalham, e são remunerados por isso).

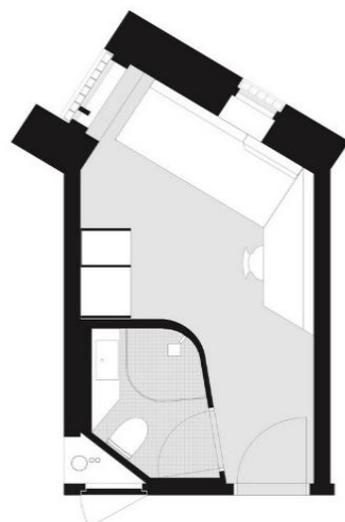


Figura 11- Prisão Storstrom. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/885376/storstrom-prison-cf-moller>>



Figura 12- Prisão Storstrom. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/885376/storstrom-prison-cf-moller>>

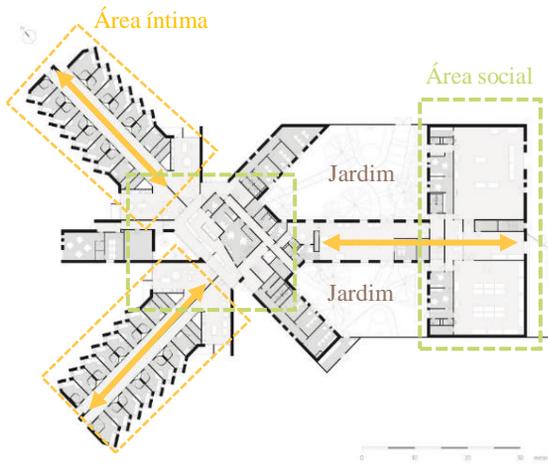


Figura 13- Prisão Storstrom. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/885376/storstrom-prison-cf-moller>>

As cores utilizadas nas salas de estar foram pensadas para serem mais divertidas e menos institucionais. Pensando pelo lado da psicologia das cores, as que foram escolhidas auxiliam a despertar bons sentimentos, como por exemplo, a cor laranja, segundo o estudo da socióloga alemã Eva Heller, é a cor da diversão, da sociabilidade e do lúdico.

Nos blocos que possuem os dormitórios, vê-se uma excelente distribuição dos fluxos. Os jardins auxiliam a transmitir a sensação de “lar” além de fazer a ambientação do local, contribuindo para o bem-estar dos internos. Os ambientes de área social são considerados de extrema importância na humanização proposta pela prisão, uma vez que potencializa a convivência.

A prisão conta com várias outras áreas para auxiliar a ressocialização humanizada, como por exemplo, quadras

internas e externas para garantir o lazer, além da saúde física e mental dos internos. Possui também salas pra ensino, salas religiosas e sala de convívio comum. A luz do dia e contato com a natureza é importante para o bem-estar das pessoas. Cada cela tem duas janelas de vidro por onde entra a luz natural, além de ter uma vista para os jardins que circundam os edifícios. As celas se assemelham a suítes bem organizados, com um banheiro, cama de solteiro, armário e mesa de estudo. O fato de não possuir grade auxilia no sentimento de estar em um lar e não preso em jaulas como na maioria das prisões.

A fachada possui diferenças angulações para criar movimento para edificação. Os materiais alternam-se entre tijolinhos, concreto e aço galvanizado, o que garante uma combinação harmoniosa. O uso de vidro em todos os edifícios auxilia no contato com a área externa, o que influencia diretamente no bem-estar dos internos.



Figura 14- Prisão Storstrom. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/885376/storstrom-prison-cf-moller>>



Figura 15- Prisão Storstrom. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/885376/storstrom-prison-cf-moller>>

5.2- Colégio *Piez Descalzos*

- Arquitetos: Giancarlo Manzanti
- Área: 11.200 m²
- Ano projeto: 2014
- Localização: Cl. 51, Bolívar, Cartagena – Colômbia



Figura 16- Colégio Piez Descalzos. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/734163/colégio-piez-descalzos-giancarlo-mazzanti>>

Localizado em Cartagena, Colômbia, o projeto foi pensado para uma função arquitetônica e urbanística, pois, além de abrigar a Fundação *Piez Descalzos*, busca produzir um grande impacto em seu entorno. A zona de implantação do edifício é uma área de muita vulnerabilidade social, uma vez que a população enfrenta problemas como pobreza, fome, falta de educação e violência. Portanto, o Colégio *Piez Descalzos* busca fomentar a mudança da comunidade disponibilizando condições de desenvolvimento pessoal e social, gerando um sentimento de pertencimento e orgulho de seus habitantes.

A fundação foi projetada pensando em quatro pontos:

- Integração espacial;
- Inclusão social;
- Criação de um marco urbano;
- Implantação de arquitetura bioclimática e ambientalmente sustentável.

O projeto possui dois níveis a fim de vencer o desnível topográfico. Além disso, os volumes são separados em setores, gerando assim interdependência. Para que houvesse a integração espacial e inclusão social, todo o térreo está destinado a áreas de uso estudantil e da comunidade, efetivando essa integração. O segundo pavimento é de uso exclusivo dos alunos. Todos os espaços são interligados por escadas e rampas que percorrem todo o edifício.

O pátio central do hexágono maior possui um pergolado e plantas tropicais e nativas. Isso se torna uma estratégia de controle térmico do edifício, pois o pergolado produz sombra sem interferir na ventilação do local. A divisão do programa se dá da seguinte forma:

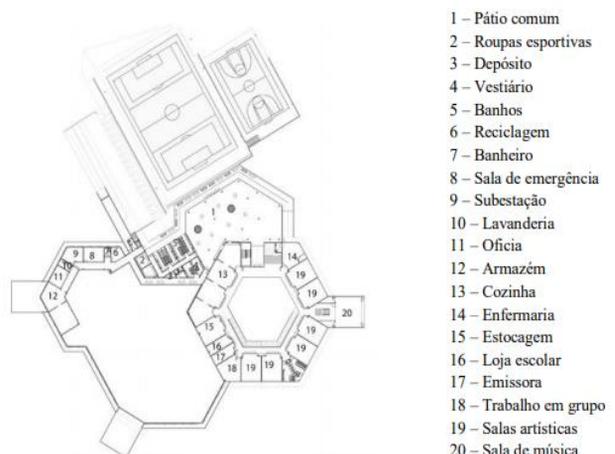


Figura 17- Colégio Piez Descalzos. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/734163/colégio-piez-descalzos-giancarlo-mazzanti>>

Neste pavimento se encontra áreas de serviço, áreas esportivas e algumas salas de aula artística.



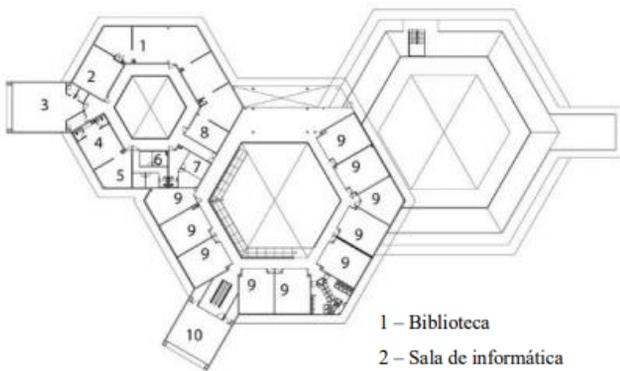
- 1 – Salas de múltiplos usos
- 2 – Banheiros
- 3 – Administração
- 4 – Salas de aula
- 5 – Atendimento psicológico
- 6 – Trabalho em grupo
- 7 – Sala artística
- 8 – Atendimento aos pais
- 9 – Diretoria

Figura 18- Colégio Piez Descalzos.

Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/734163/colégio-piez-descalzos-giancarlo-mazzanti>>

A partir deste pavimento os usos começam a ser mais destinados aos alunos. Mesmo que cada edifício abarque o seu setor, eles são conectados entre si através de escadas e rampas.



- 1 – Biblioteca
- 2 – Sala de informática
- 3 – Auditório
- 4 – Café professores
- 5 – Sala dos professores
- 6 – Contabilidade
- 7 – Diretoria
- 8 – Sala infantil
- 9 – Salas de aula
- 10 – Sala artística

Figura 19- Colégio Piez Descalzos.

Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/734163/colégio-piez-descalzos-giancarlo-mazzanti>>

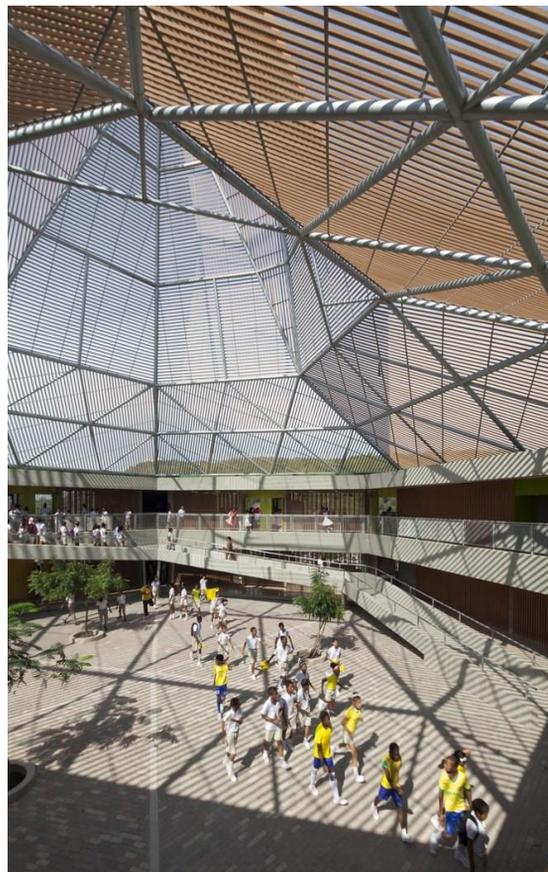


Figura 20- Colégio Piez Descalzos. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/734163/colégio-piez-descalzos-giancarlo-mazzanti>>

Ambientes que são tanto escolares quanto comunitário, possuem acessos independentes. A biblioteca, por exemplo, por ter um caráter público e funcionar fora do horário escolar, possui um acesso independente do colégio.

A Fundação *Piez Descalzos* obteve grande sucesso ao integrar o social com o arquitetônico. O jogo de formas (como triângulos e hexágonos), com adições e intersecção dos sólidos, cumpriu sua funcionalidade com perfeição e atendeu as necessidades da instituição. O edifício se tornou um marco, auxiliando na criação de uma identidade urbana, se destacando com no entorno, mas, ao mesmo tempo, o integrando-o socioespacialmente.

5.3- Fundação CASA

Fundação CASA é uma fundação de iniciativa do governo do estado de São Paulo, que consiste em um Centro de Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes, que recebe jovens condenados à internação, internação provisória ou semiliberdade. Nasceu da necessidade de reformulação da antiga FEBEM (Fundação para o Bem-Estar do Menor) que era marcado por rebeliões, acusações de maus tratos e de violações de direitos dos jovens em todos âmbitos. Era preciso uma instituição baseada no ECA, e não mais no antigo Código de Menores, portanto as mudanças na antiga FEBEM desde sua denominação até estrutura jurídica, formas de gestão, conteúdo, método de trabalho e principalmente conceitos. Além disso, foi fragmentada em unidades menores para garantir uma maior qualidade no serviço.

A criação da fundação foi baseada em dois princípios: garantia de direitos e a prática não violenta, mas para que isso seja aplicado de forma efetiva, é

necessário renovar conceitos e ações antigas que legitima a violência contra esses jovens.

Portanto para garantir saúde, educação e segurança/justiça, é necessária uma equipe multidisciplinar que inclui profissionais do serviço social, psicologia, nutrição, odontologia, medicina, enfermagem, farmácia, pedagogia, educação física e os agentes socioeducativos.

Ao chegar na fundação, o jovem passa por um Plano de Atendimento Individualizado (PIA), onde vai entender as necessidades do jovem, a fim de transformar este o sujeito de sua própria história e não mais objeto de intervenção. O resultado obtido no PIA interfere diretamente no cotidiano dos jovens, e é dever da equipe multidisciplinar de cada centro, garantir os direitos e deveres dos internos, além de suprir as carências em cada área desse jovem para que a ressocialização



Figura 21- Funcionograma fundação CASA. Disponível em: <<http://fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=fundacao-missao-visao-e-valores&d=123>>

ocorra de forma efetiva, diminuindo assim o número de reincidentes.

Há o sistema de regimento interno, que quando desobedecido são aplicadas sanções ao jovem. Entretanto, diferentemente do antigo sistema, as sanções possuem caráter pedagógicos a fim de proporcionar para o indivíduo, amadurecimento e consciência dos atos cometidos.

A fundação CASA, busca atender todos os pontos estabelecidos no ECA. Devido a isso, há em todas as unidades um atendimento à saúde, a fim de garantir assistência psicológica, odontológica e física (médicos), tudo proporcionado pelo SUS. O desenvolvimento do trabalho psicológico, muitas vezes inclui a família, realizado no próprio centro e que busca tratar o problema desde sua raiz. Há também, acompanhamento nutricional dos internos, resultando em cardápios variados e semanais.

Como estabelecido no Estatuto da Criança e adolescente, os jovens, inclusive em sistema de privação de liberdade, devem ter acesso à educação. Por isso, nos centros, tem como um dos objetivos fundamentais, traduzir a ressocialização em ações efetivamente educativas, nas áreas, escolar, educação profissional, arte e cultura, educação física e esporte. Sendo assim, a Fundação CASA, é o embrião de um sistema socioeducativo efetivo para o país, que, quando alcançar sua execução plena e ser modelo para outros estados, será um agente transformador da realidade brasileira, diminuindo drasticamente o número de reincidentes e aumentando o número de ressocializados atuando no mercado de trabalho.



Figura 22- Fundação CASA. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2015album-mostra-rotina-de-internos-de-jovens-infratores-na-fundacao-casa.htm>>



Figura 23- Fundação CASA. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2015album-mostra-rotina-de-internos-de-jovens-infratores-na-fundacao-casa.htm>>



Figura 24- Fundação CASA. Disponível em: <<https://correiopaulista.com/jovens-que-cumprem-medida-socioeducativa-na-fundacao-casa-de-osasco/>>



Figura 25- Fundação CASA. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/trinta-e-nove-internos-fogem-da-fundacao-casa-no-interior-de-sp-1.1130808>>

6. ANTEPROJETO



6.1- Neuroarquitetura

É indiscutível o fato de que é dever do arquiteto aliar aspectos técnicos, físicos e psicológico ao conceber um projeto. No início da década de 90, Gage e Eberhard iniciou um estudo sobre as influências que os ambientes exercem no cérebro. Em 2003, a *Academy of Neuroscience for Architecture* (ANFA), em San Diego, na Califórnia (EUA), inaugurou o termo Neuroarquitetura. O significado deste termo nada mais é que a aplicação da neurociência aos espaços construídos, visando maior compreensão dos impactos da arquitetura sobre o cérebro e os comportamentos humanos.

Projetar é uma atividade complexa que envolve estudos aprofundados, decisões que vão além de técnicas e formas e materialização de uma ideia. As características de cada ambiente- como iluminação, materiais, texturas e layout- interferem, não só na percepção do espaço, mas também no estado de saúde físico e mental do usuário.

Para Gibson (1966, Apud Bertolletti, 2011), a percepção não está baseada em ter sensações e sim em detectar informações sobre o mundo. O mundo em que vivemos é o mundo a ser percebido, sendo fonte de toda estimulação. Portanto a percepção do espaço não significa simplesmente perceber a realidade, pois envolve a vivência, expectativas e os repertórios histórico e cultural dos indivíduos, portanto a percepção é individual. Esta se dá por meio dos sentidos, sendo eles visão, olfato, audição, tato e paladar. Como consequência da percepção temos estímulos físicos que resultam em emoções, comportamentos e sensações.

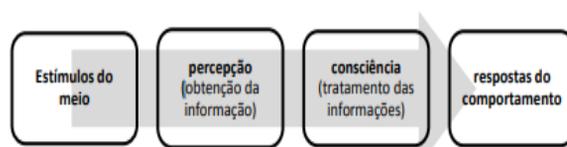


Figura 26: Esquema produzido por BERTOLETTI, 2011)

Segundo Bertolletti (2011), lugar é o espaço vivido e com significado para o indivíduo. Sendo assim, é papel do arquiteto construir “lugares”, ou seja, ambientes que interfiram diretamente na percepção tanto as que os sujeitos têm de si mesmos quanto do espaço, a fim de auxiliarem na formação ou reconstrução de sua identidade, influenciando em seus comportamentos, decisões e emoções.

De acordo com um estudo do *National Human Activity Pattern Survey*, realizado pela *Berkeley Lab Energy*, os indivíduos passam cerca de 90% da vida em ambientes construídos pela ação humana. Diante disso, é de extrema importância construir lugares que propiciam bem-estar e que geram sentimento de identidade e pertencimento aos usuários. Conclui-se, portanto, que o protagonista do projeto deve ser o usuário, buscando atender todas suas necessidades funcionais e formais.

“A maior importância do estudo dos fatores de comportamento do ponto de vista do usuário é que proporciona ao arquiteto um tesouro de compreensão de fatos que poderão ser aplicados em qualquer projeto envolvendo usuários” (SYDNER SNYDER e CATANESE, 1984 apud BERTOLETTI, 2011).

No Centro Socioeducativo de Reinserção Social do Jovem infrator, proposto neste trabalho, o foco do projeto são os usuários, portanto os jovens que estão em regime privativo de liberdade. A fim de garantir uma maior efetividade na ressocialização dos internos, as decisões projetuais foram ao encontro com a necessidade da garantia do bem-estar e reeducação destes jovens de forma humanizada.

Segundo Vasconcelos (2004), a Integração entre o interior e exterior apresenta-se como peça fundamental para a humanização do espaço arquitetônico. Devido a isso, o projeto do Centro conta com aberturas que dão visibilidade para a área externa dos edifícios, além de garantir maior incidência da luz natural. Os dormitórios são individuais, pois, de acordo com Chen e Sanoff (1990, apud Bertolotti, 2011) durante o estudo realizado em um hospital geral, observaram que a privacidade preserva a identidade e proporciona alívio emocional. Já a falta de privacidade gera impactos negativos sobre o bem - estar como: ansiedade, distração, baixa autoestima, agressividade e depressão.

Outro ponto que foi abordado neste projeto que envolve emoções e arquitetura, é a biofilia, que nada mais é que a estratégia de incorporar as características do mundo natural aos espaços construídos. Esta escolha se deu devido ao estudo feito pela ONG *The Nature Conservancy*, que analisou a relação do homem com os elementos da natureza, e obteve como resultado a melhoria nos níveis de estresse e ansiedade, além de aumentar significativamente a produtividade e concentração.

Estas são algumas das decisões projetuais para o centro socioeducativo que envolvem a relação indivíduo -

ambiente. Todas essas decisões tiveram como finalidade mudar o atual cenário de medida socioeducativa de internação de Goiânia, a fim de fornecer um serviço mais humanizado, contribuindo para uma ressocialização efetiva.

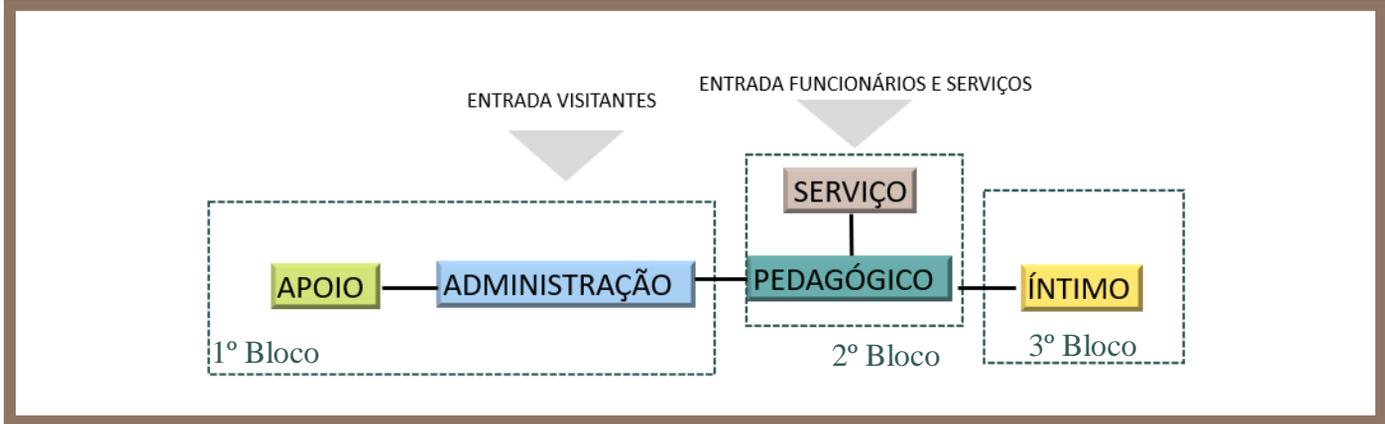
6.2- Programa de necessidades

	AMBIENTE	QTD. AMB.	ÁREA AMBIENTE	ÁREA TOTAL
ÁREA ÍNTIMA	DORMITÓRIO + BANHEIRO INDIVIDUAL	60	9,00m ²	540,00m ² + 30% = 700,00m ²
	SALA CONVÍVIO SOCIAL	1	40,00m ²	40,00m ² + 30%= 52,00m ²
ÁREA ADMINISTRATIVA	SALA ADMINISTRAÇÃO	1	15,00m ²	15,00m ² + 30%= 19,50m ²
	SALA COORDENAÇÃO	1	10,00m ²	10,00m ² + 30%= 13,00m ²
	SALA DE REUNIÃO	1	20,00m ²	20,00m ² + 30%= 26,00m ²
	SALA DE SEGURANÇA	1	8,00m ²	8,00m ² + 30%= 10,40m ²
	ALMOXARIFADO	1	5,00m ²	5,00m ² + 30%= 6,5m ²
	SALA DOS FUNCIONÁRIOS	1	35,00m ²	35,00m ² + 30%= 45,50m ²
	SANIT. FUNCIONÁRIOS FEM.	1	12,00m ²	12,00m ² + 30%= 15,50m ²
	SANIT. FUNCIONÁRIOS MASC.	1	12,00m ²	12,00m ² + 30%= 15,50m ²
	RECEPÇÃO	1	20,00m ²	20,00m ² + 30%= 26,00m ²
	SALA DE REVISTA VISITANTES	1	16,00m ²	16,00m ² + 30%= 20,80m ²
	SALA VISITAS	1	100,00m ²	100,00 + 30%= 130,00m ²
	ESPERA	1	40,00m ²	40,00 + 30%= 52m ²
SERVIÇO	COZINHA	1	55,00m ²	55,00m ² + 30%= 71,50m ²
	LAVANDERIA	1	30,00m ²	30,00m ² + 30%= 39,00m ²
	DEPÓSITO	1	10,00m ²	10,00m ² + 30% = 13m ²
	REFEITÓRIO	1	96,00m ²	96,00m ² + 30%= 124,80m ²
APOIO	ENFERMARIA	1	15,00m ²	15,00m ² + 30%= 19,50m ²
	SALA MEDICAMENTOS	1	5,00m ²	5,00m ² + 30%= 6,5m ²
	SALA PSICOLOGIA	1	8,00m ²	8,00m ² + 30%= 10,40m ²
	SALA PSIQUIATRIA	1	8,00m ²	8,00m ² + 30%= 10,40m ²
	SALA ESPERA/ TRIAGEM	1	15,00m ²	15,00m ² + 30%= 19,50m ²
PEDAGÓGICO	SALA DE AULA	4	25,00m ²	100,00m ² + 30%= 130,00m ²
	SALA MULTIUSO (ARTES MÚSICA E DANÇA)	1	50,00m ²	50,00m ² + 30%= 65,00m ²
	SALA DE INFORMÁTICA	1	40,00m ²	40,00m ² + 30%= 52,00m ²
	SALA DE ARTES MARCIAIS	1	50,00m ²	50,00m ² + 30%= 65,00m ²
	SALA DE OFICINA	1	50,00m ²	50,00m ² + 30%= 65,00m ²
	BIBLIOTECA	1	30,00m ²	30,00m ² + 30%= 39,00m ²
	QUADRA POLIESPORTIVA	1	432,00m ²	432,00m ²
SANITÁRIO	1	20,00m ²	20,00m ² + 30% = 26,00m ²	

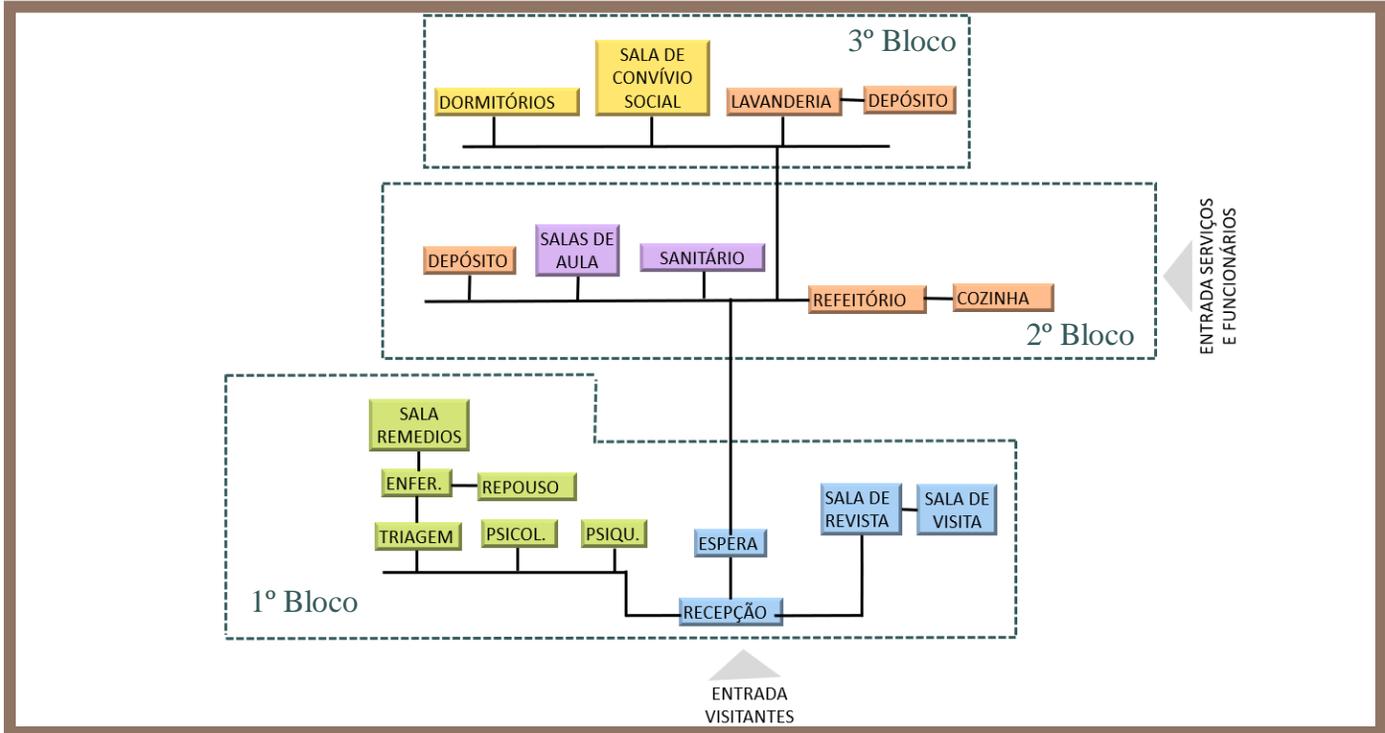
- Área do terreno: 8.007,00m²
- Área utilizável: 3.202,80m²
- Área total do programa: 2.655m²

6.2.1- Fluxograma

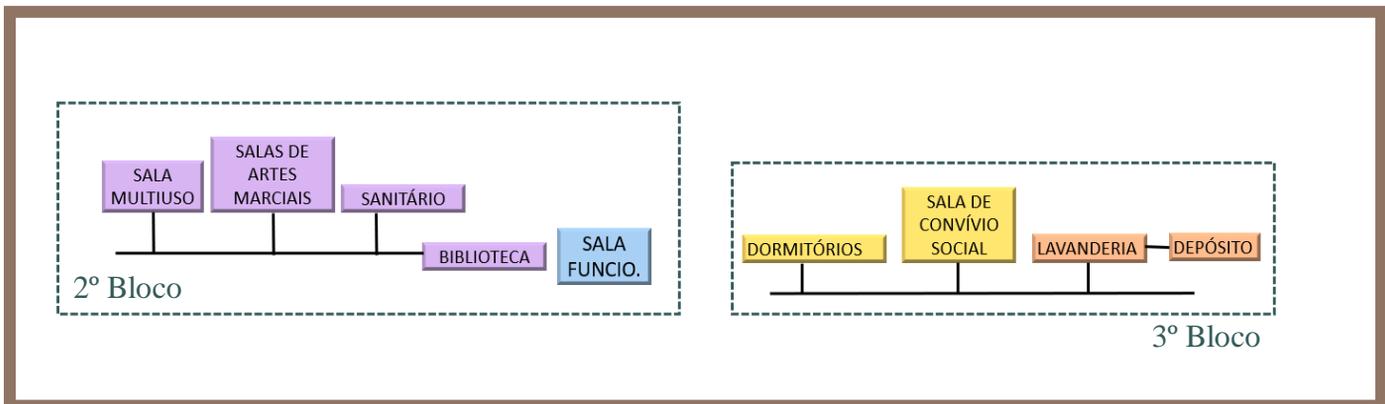
Os setores



Térreo



1º Pavimento



7.2- O projeto

Como exposto, esse Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um Centro de Internação Socioeducativo para Reinserção Social do Jovem infrator, localizado na região norte de Goiânia-GO. O projeto busca transformar o modelo vigente de Centro Socioeducativo, propondo uma arquitetura contribuindo para um serviço de qualidade e humanizado a fim de reduzir as taxas de reincidência desses jovens.

Com o estudo do histórico do sistema penitenciário no Brasil, e este em relação aos jovens, foi possível constatar que ainda estamos muito distantes de ser um modelo positivo. Em relação aos modelos socioeducativos aplicados, o sistema de internação, muitas das vezes, se assemelham a prisões sucateadas e repletas de descasos. Salta aos olhos, portanto, a necessidade de mudança. São Paulo, entretanto, deu um grande avanço em relação aos centros socioeducativos com a Fundação CASA. A fundação é um local que busca garantir os direitos e deveres dos adolescentes, com estruturas mais adequadas e espaços mais ressocializantes. Entretanto ainda são comuns denúncias de maus tratos, o que dificulta a implantação do serviço de fato.

A fim de propor um projeto que, arquitetonicamente, garanta seu papel ressocializante, foram analisados estudos e projetos. Uma das análises foi o estudo de caso da Prisão *Storstrom*, localizado na Dinamarca. Este projeto possui um programa que se assemelha bastante com o de um Centro Socioeducativo, com dormitórios, área de lazer, refeitórios etc. Apesar de sua dimensão ser maior

devido a quantidade de internos, sua forma e disposição é bem interessante, além de muito funcional. Mas o ponto de maior destaque é o ideal de ser o presídio mais humanizado e ressocializante do mundo, o que dialoga com a proposta do Centro aqui discutido.

O outro estudo de caso é de um colégio localizado na Cartagena, Colômbia chamado Fundação Piez Descalzos. Alguns foram os motivos desta escolha, como a sua dimensão. Outro ponto relevante foi a forma do edifício e a divisão por setores, o que faz pensar em um Centro com formas mais lúdicas e a segmentação funcional em edifícios distintos, mas que são conectados. Do programa consegue se extrair as diversas e possíveis salas para ampliar a educação no Centro Socioeducativo, como salas artísticas e biblioteca. E por fim, a forma de pensar o controle térmico do local, será adequado e aplicado no projeto proposto.

Feitas as análises, chegou-se ao número de 60 usuários para o Centro proposto. Para atendê-los de forma que possuam uma educação e atendimento de qualidade, a fim de retornem recuperados para a sociedade, é que foi pensado o programa, repleto de atividades que, além de educativas, poderão proporcionar qualificações profissionais aos internos. A unidade foi dividida em três blocos distintos, mas que comunicam entre si, garantindo uma maior funcionalidade e distribuição dos setores.

A fim de proporcionar uma

ressocialização efetiva para esses jovens, o edifício busca garantir:

- a inclusão social desses jovens através da localização e oportunidades;
- o sentimento de liberdade e não enclausuramento, pois os internos poderão circular em todo o centro, a ideia é que eles comecem a enxergar o humanizar como uma oportunidade de crescimento e não como uma prisão, como acontece hoje em dia em Goiás;
- espaços que proporcionam a convivência, uma vez que é de extrema importância para a ressocialização a vivência social;
- Contato com a natureza que auxilia na diminuição dos níveis de estresse e agressividade dos internos;

Sendo assim, para potencializar o lado humanizado do projeto, o Centro contém jardins com plantas nativas e aberturas no muro voltada para o Rio Meia Ponte, sendo assim o pátio funciona como uma grande área de contemplação, além de incentivar um maior contato com a natureza. Para a escolha das plantas, preferiu-se árvores frutíferas e espécies comestíveis. Outro ponto proposto é a horta, para ensinar para os internos a importância do plantar e colher, a saúde fornecida por alimentos orgânicos, o contato com a terra e o entendimento das espécies. Os jardins, somado a outras escolhas projetuais, trouxeram uma melhor ambientação para o local, além de gerar sentimentos de pertencimento e de lar aos jovens.

Do lado da área escolhida há a APM 07 que é uma ZPA que, segundo a Lei de zoneamento de Goiânia, se trata de uma Zona de Proteção Ambiental IV- "Compreendendo os espaços abertos, praças, parques infantis, parques esportivos, rótulas do sistema viário e

plantas ornamentais de logradouros". Sendo assim, nela foi proposto uma praça pública para a região e, como o acesso ao centro é limitado por apenas uma via, a entrada de visitantes se dá através da praça.

Implantação e paisagismo



Árvores



Ipê amarelo



Jaboticabeira



Abacateiro



Cajá manga



Caju

Horta medicinal



Calêndula



Camomila



Citronela



Aloe vera



Hortelã

Horta



Alface



Couve



Rúcula



Tomate cereja



Agrião

Implantação do Centro



O acesso dos visitantes se dá através da praça, no bloco administrativo. A conexão entre este edifício e o seguinte é através de escadas e rampas para garantir a acessibilidade.

A entrada de funcionários e serviços é através do estacionamento. Este contém uma guarita de fiscalização, inspeção e controle, localizada na entrada voltada para a rua o que aumenta a segurança do local. O estacionamento é

de uso exclusivo dos funcionários e contém 20 vagas para carros e 13 vagas para motos. E é nele que está localizado o tanque de água do Centro. A posição do tanque de água é estratégica, uma vez que está em um dos pontos mais altos do terreno, o que facilita a distribuição, além de garantir a segurança dos internos, já que tanques possui escadas para o acesso superior o que pode ser prejudicial para a integridade física deles.

A circulação dos internos é livre em todo o Centro. Todos os pisos externos são piso drenante, o que é muito importante para a região, uma vez que o centro se encontra próximo a um córrego e um rio.

A quadra poliesportiva do centro garantirá uma educação física para os jovens, lazer, além de estimular a paixão por esportes.

A manutenção da horta será feita pelos internos e está localizada próxima à cozinha para facilitar o acesso.

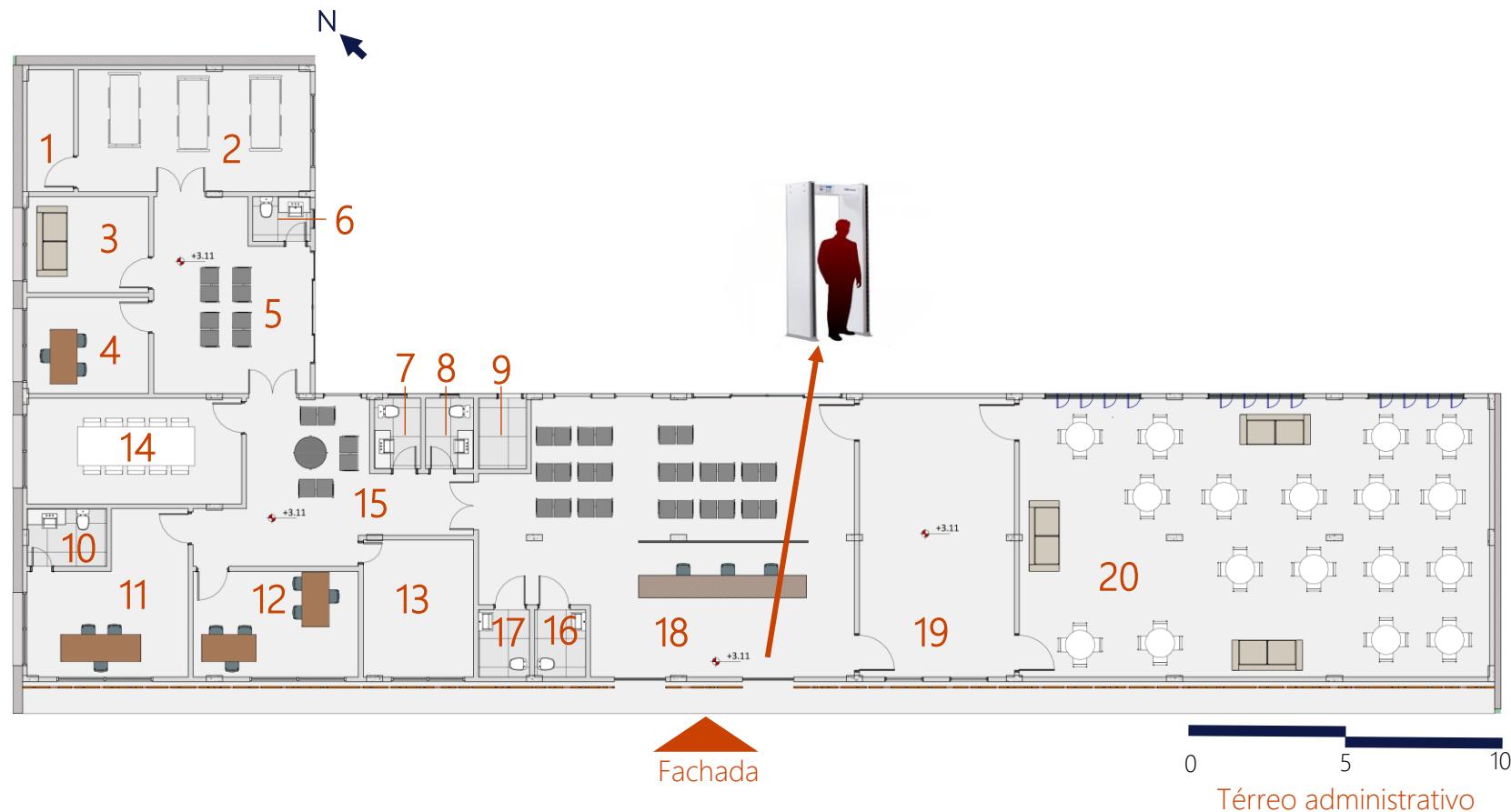
Bloco administrativo



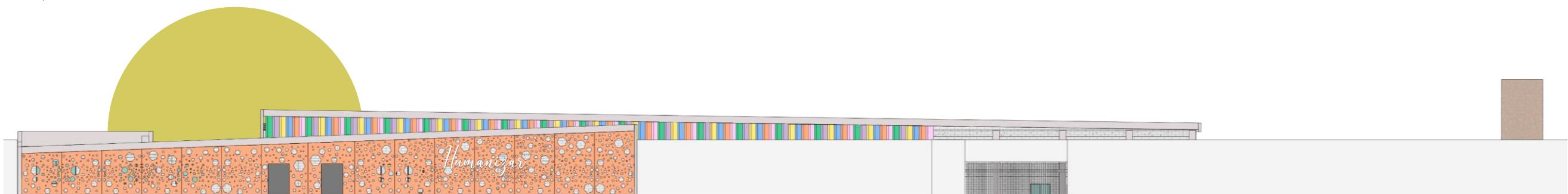
A fachada principal do Centro é basicamente feita pelo bloco administrativo. Através da fachada é possível ver o jogo de inclinação dos dois edifícios, o administrativo e o pedagógico. O bloco administrativo está localizado no nível 3,11m e é o único entre os três que possui apenas o pavimento térreo. O acesso dos visitantes se dá diretamente neste bloco através de duas portas menores de entrada e saída com detector de metais para facilitar a segurança.

O centro conta com apoio médico, fornecendo todo atendimento necessário para a recuperação e ressocialização desses jovens.

Os familiares possuem permissão de circulação em todo esse bloco, incluindo a parte de apoio médico, uma vez que o centro fornecerá atendimento psicológico e psiquiátrico para eles. Vale lembrar, que muito desses jovens vem de famílias desestruturadas, sendo assim, é muito importante o tratamento desde a origem do problema para que eles possam se ressocializarem.



- | | | | |
|-------------------------|----------------------|----------------------------|--------------------------------|
| 1. Sala de medicamentos | 6. Lavabo | 11. Sala diretoria | 16. Sanit. feminino acessível |
| 2. Enfermaria | 7. Lavabo feminino | 12. Sala coordenação | 17. Sanit. masculino acessível |
| 3. Sala de psicologia | 8. Lavabo masculino | 13. Sala segurança/ almox. | 18. Recepção/ espera |
| 4. Sala de psiquiatria | 9. DML | 14. Sala reunião | 19. Sala revista |
| 5. Sala de espera | 10. Lavabo diretoria | 15. Sala de espera | 20. Sala de visitas |



Bloco pedagógico

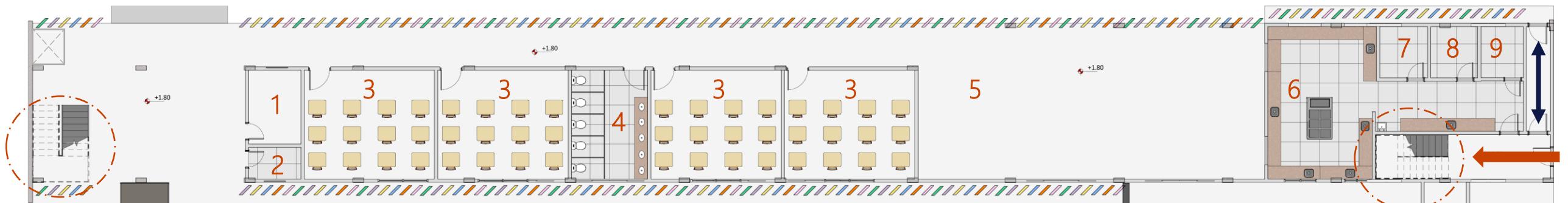


O Humanizar tem como parte do conceito proporcionar educação básica e algumas profissionais para os internos. Pensando nisso, foi proposto um bloco para essas funções pedagógicas. Este bloco está no nível 1,80m (considerando 0,00m a curva mais baixa que passa pelo terreno) e possui dois pavimentos.

Por alguns desses jovens passarem por acidentes e agressões que acabam reduzindo a mobilidade deles, foi proposto uma plataforma elevatória de acesso ao 1º pavimento, uma vez que as salas dos dois pavimentos são distintas.

A cozinha e a sala dos funcionários está localizada neste bloco. O acesso dos funcionários e fornecedores é através do estacionamento. Próximo à entrada, tem o acesso para a cozinha, para o centro e a escada de acesso ao primeiro pavimento que é onde está localizada a sala dos funcionários. A sala dos funcionários conta com uma pequena copa, sanitário, espaço para refeições e descanso.

No 1º pavimentos está as salas que darão ensino que possibilitará a inserção destes jovens no mercado de trabalho, como por exemplo a sala de oficinas que acontecerá oficina de carpintaria e mecânica.



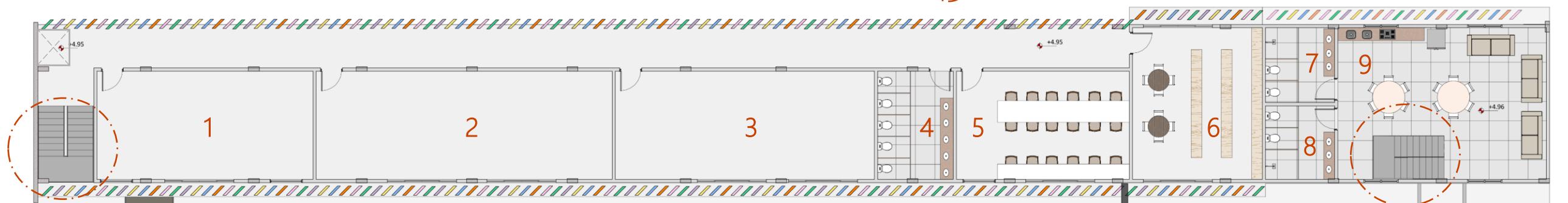
- 1. Depósito
- 2. DML
- 3. Sala de aula

- 4. Sanitário
- 5. Refeitório
- 6. Cozinha

- 7. Dispensa
- 8. Câmara resfriados
- 9. Câmara fria

- ← Entrada funcionários
- ↔ Acesso funcionários
- Circulação vertical

Térreo pedagógico



- 1. Sala de artes marciais
- 2. Sala de oficinas
- 3. Sala de dança e música

- 4. Sanitários
- 5. Sala de informática
- 6. Biblioteca

- 7. Sanit. feminino funcionários
- 8. Sanit. Masculino funcionários
- 9. Sala dos funcionários

- ⊠ Previsão plataforma elevatória

1º pavimento pedagógico

Dormitórios

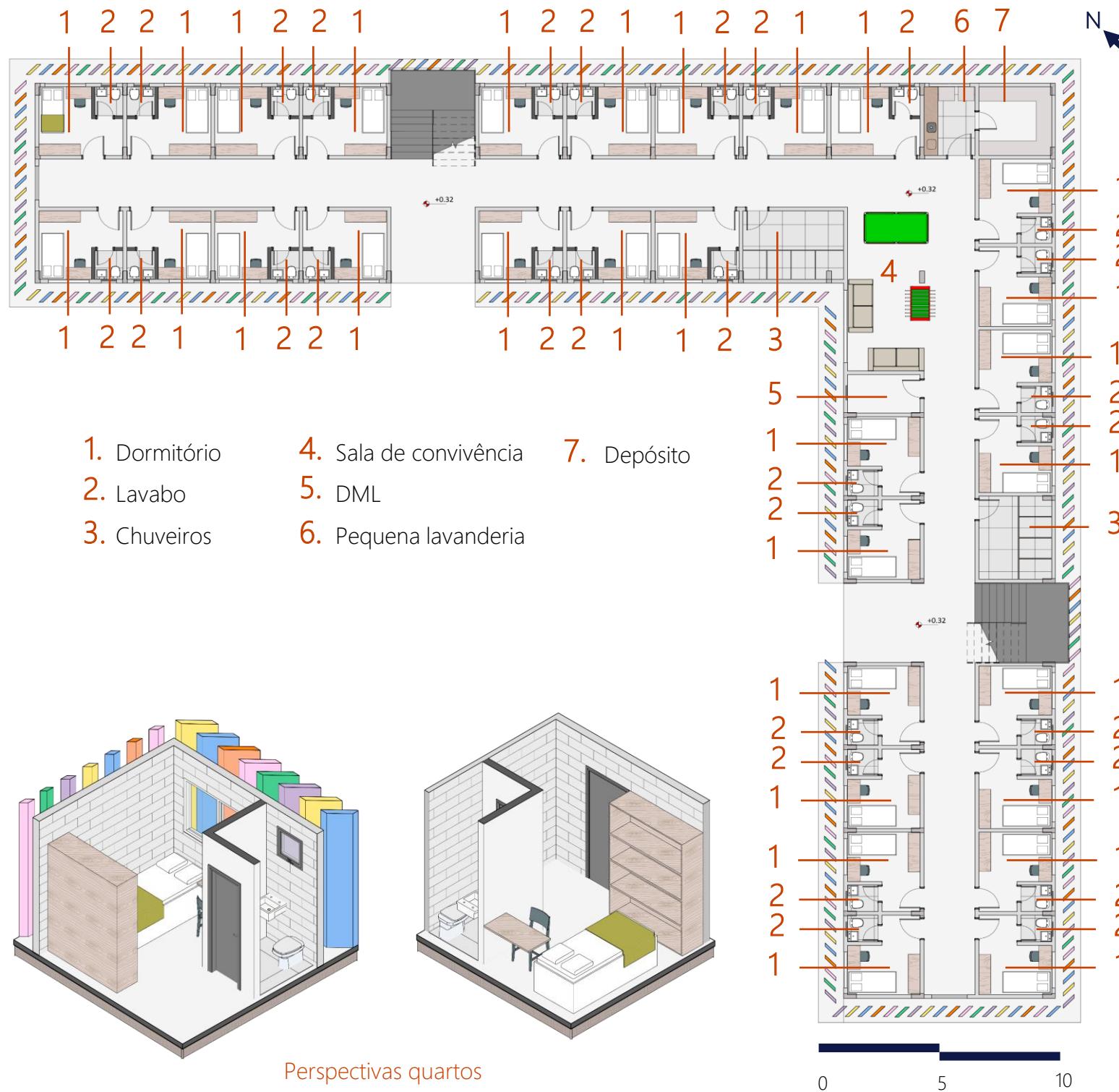


Os dormitórios possuem um bloco exclusivo, localizado mais ao fundo do lote. Este bloco está no nível 0,32m e possui dois pavimentos. Com a análise do estudo de Chen e Sanoff e como no estudo de caso da Prisão Storstrom, os quartos são individuais, com espaço para estudo, um armário para guardarem objetos pessoais e um lavabo. Os banhos são coletivos e com horários estipulados, por isso há um cômodo destinado aos chuveiros.

Neste bloco há uma pequena lavanderia de acesso exclusivo a funcionários, mas as lavagens maiores como de lençóis, são terceirizados.

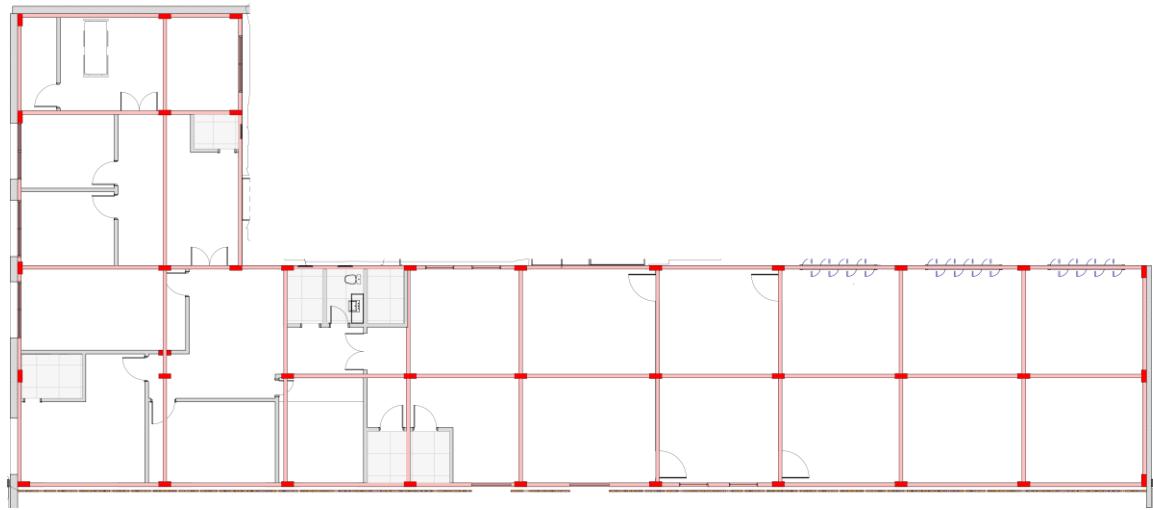
Como o Humanizar busca espaços de convívio social, nesse bloco há um espaço para jogos, possibilitando mais lazer para esses jovens e estimulando o convívio proposto.

O primeiro pavimento é exatamente igual ao térreo e está localizado no nível 3,32m. A única diferença entre eles é que no local de entrada do térreo, há brises que funcionam como guarda-corpo a fim de garantir a integridade física de internos e funcionários.

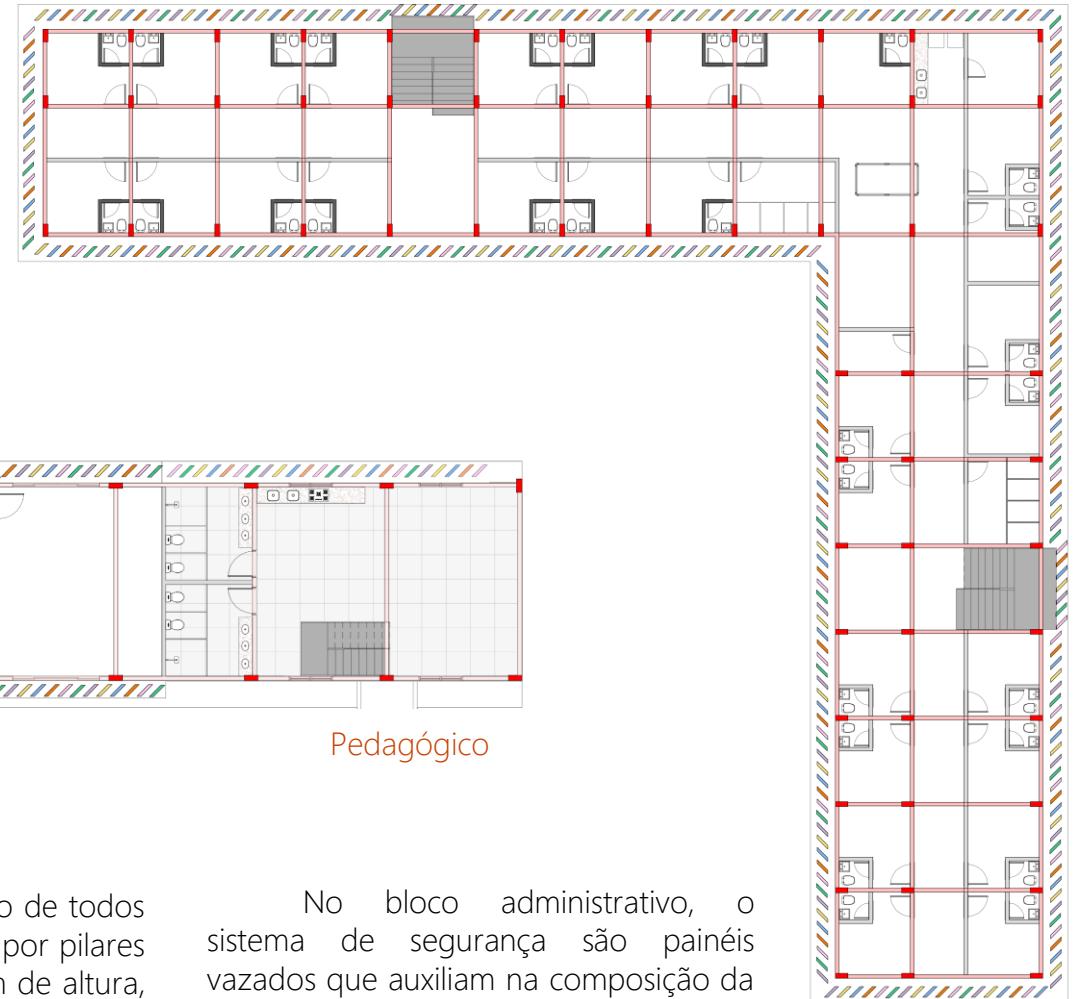


Perspectivas quartos

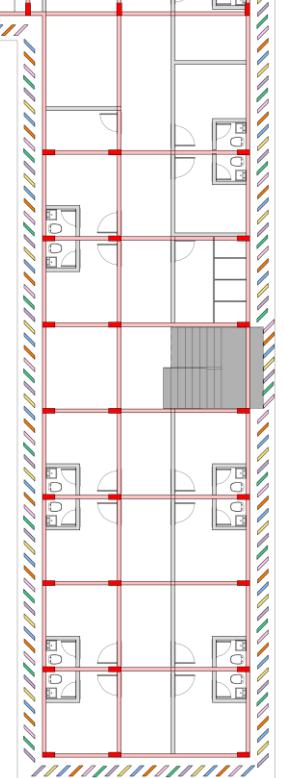
Estrutura e materiais



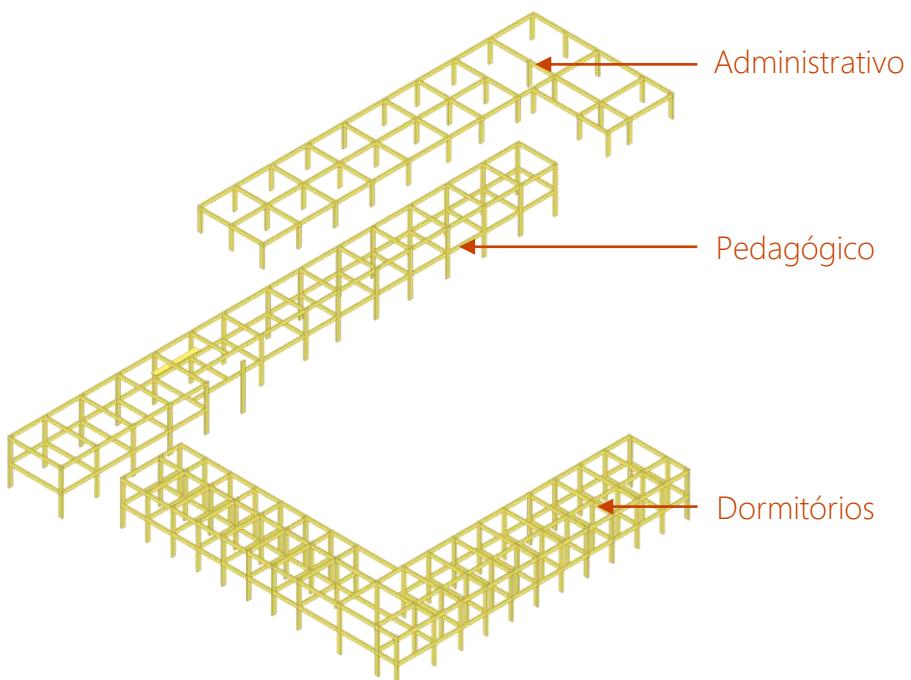
Administrativo



Pedagógico



Dormitórios



Administrativo

Pedagógico

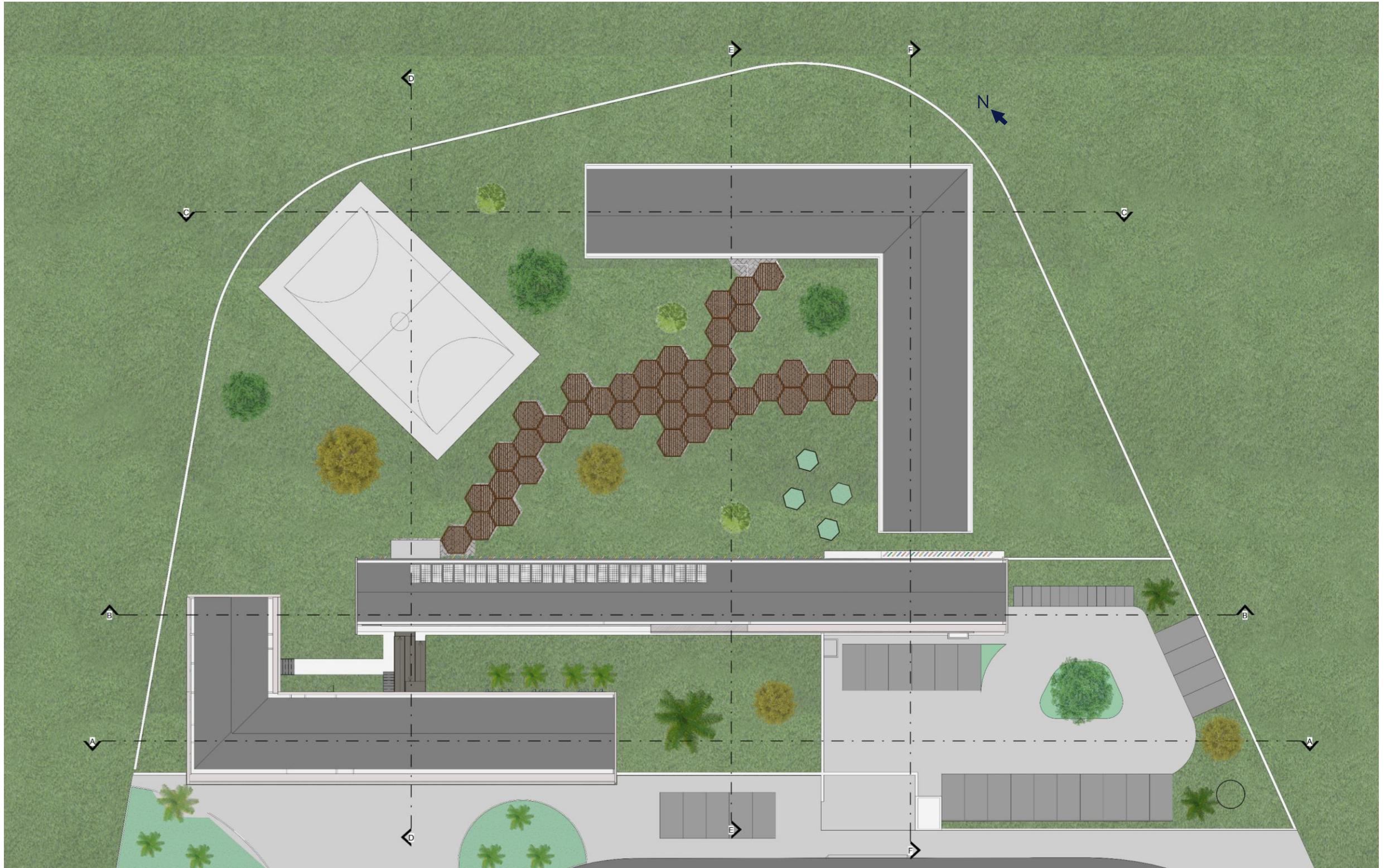
Dormitórios

No sistema construtivo de todos os blocos, a estrutura é feita por pilares de 20x50cm e vigas de 50cm de altura, todas elas feitas de concreto moldado in loco. Para diminuir o custo e manutenção, sem deixar de lado a estética, o edifício foi feito de blocos de concreto aparente, dando destaque maior para os módulos de proteção das janelas, que se torna necessário para maior segurança do local, tendo em vista que os usuários do edifício são indivíduos que cometeram atos infracionais.

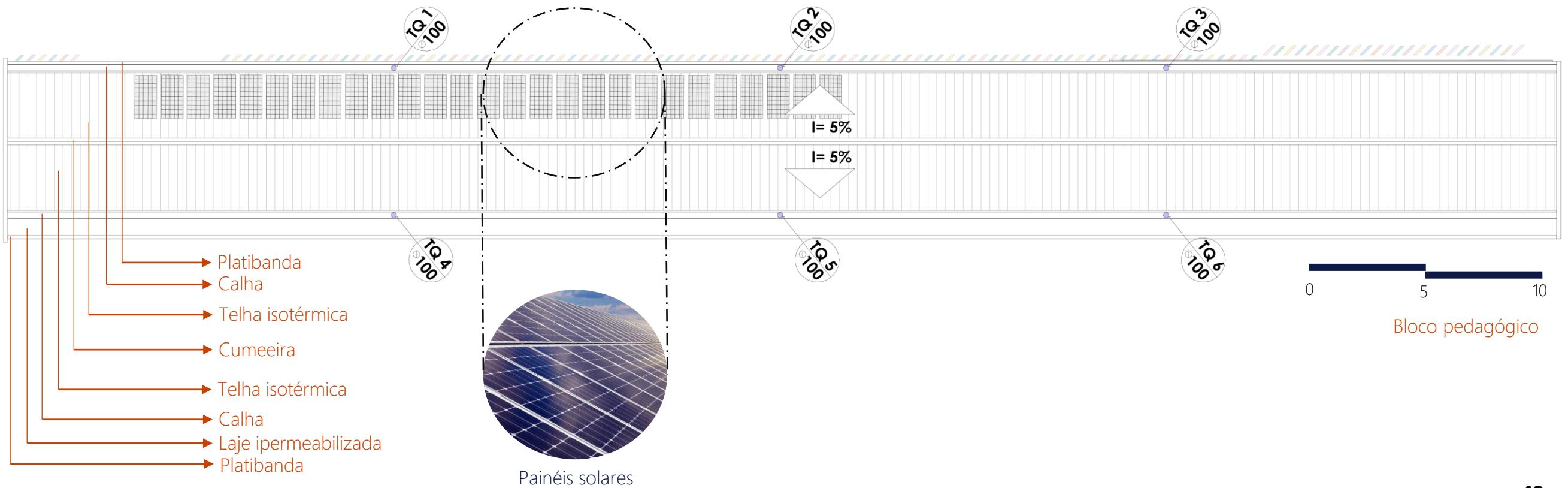
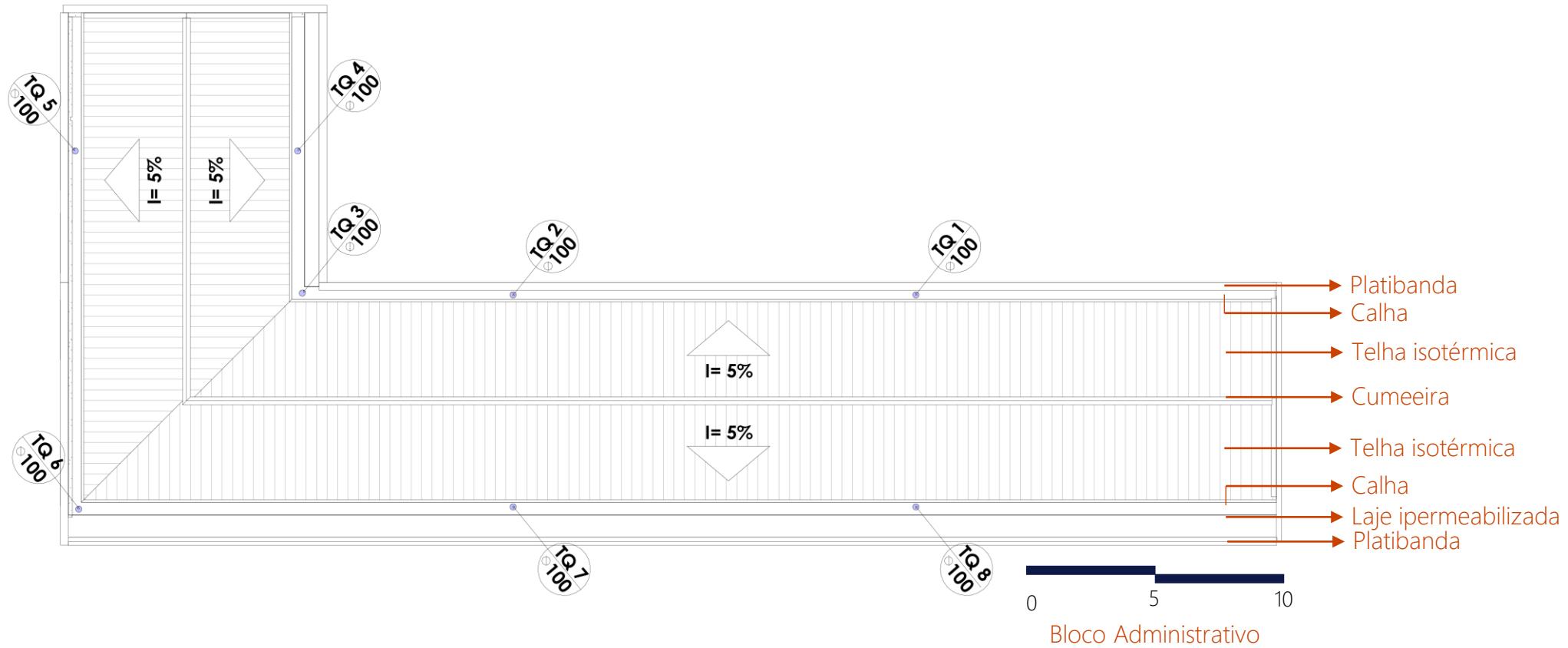
No bloco administrativo, o sistema de segurança são painéis vazados que auxiliam na composição da fachada. Já nos outros dois blocos, o sistema de proteção são brises coloridos com cores que estimulam alegria, diversão e criatividade. Ambos são feitos de concreto de alta resistência e foram pensados para garantirem iluminação e ventilação natural nos ambientes.

As aberturas no pátio que dão visibilidade para a mata lindeira e as janelas, são de acrílico transparente colorido de alta resistência.

Coberturas do Centro



Coberturas do Centro



Coberturas do Centro

Para a cobertura do Humanizar foi escolhida a telha termoacústica devido ao seu custo-benefício, facilidade de instalação e manutenção. A estrutura de sustentação das telhas é metálica. Nos blocos administrativo e pedagógico há uma pequena inclinação do edifício, sendo assim, possui um beiral em laje impermeabilizada que acompanha essa inclinação.

Todas as coberturas funcionam como área de captação para água pluvial que serve para abastecer a demanda não potável do edifício. A água captada é levada para o tanque de água geral do edifício, que está localizado no estacionamento. Entretanto, a demanda total de água não potável (6.823l/dia) não é atendida por toda a água captada (6.317 l/dia) por isso é preferível que abasteça as bacias sanitárias e rega de jardim, e, caso falte água para a lavagem de pisos externos, utilizar água de reuso.

Na cobertura do bloco pedagógico é onde será locado os painéis solares responsáveis por todo o sistema de aquecimento dos chuveiros do edifício.

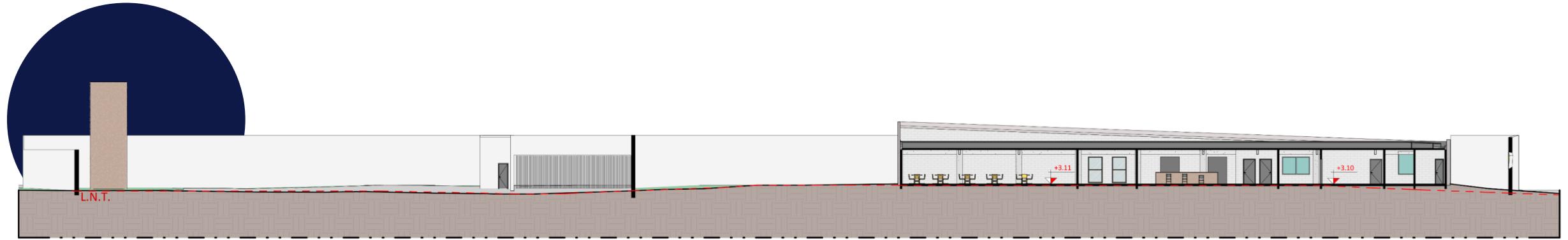
No pátio foi colocado um pergolado hexagonal em bambu para gerar sombra e aumentar o conforto dos internos nos momentos de lazer.



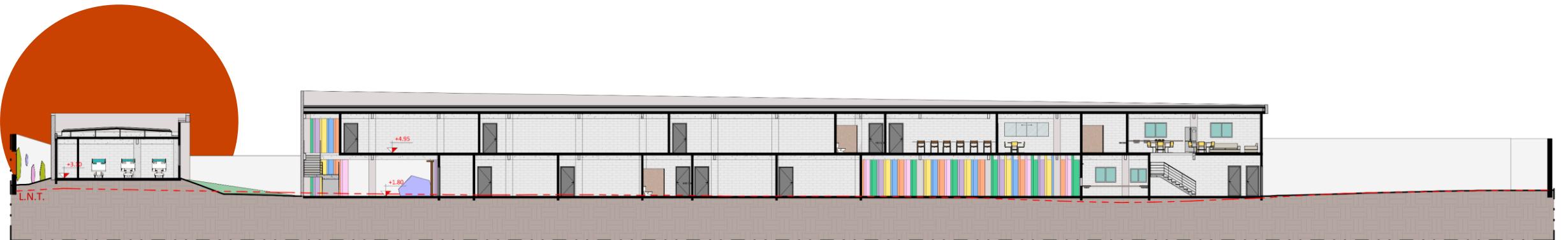
0 5 10

Bloco dos dormitórios

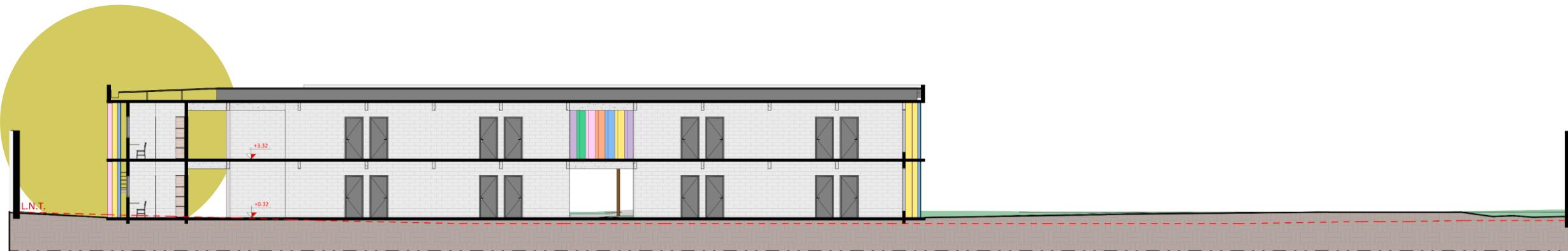
Cortes



Corte AA

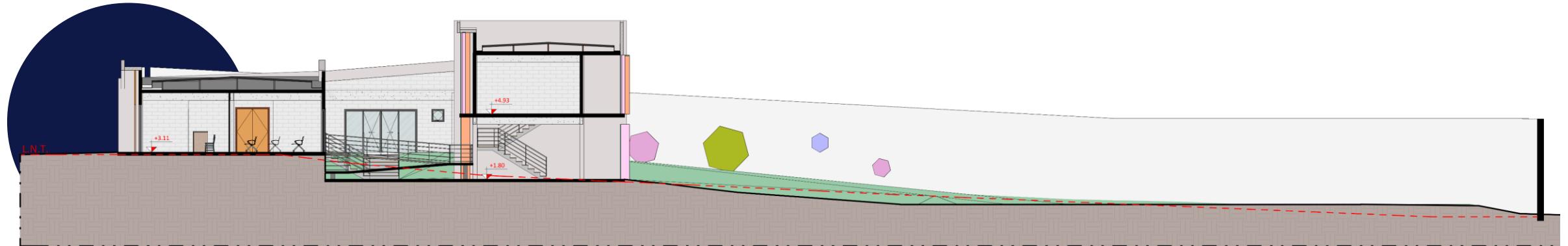


Corte BB



Corte CC

Cortes



Corte DD

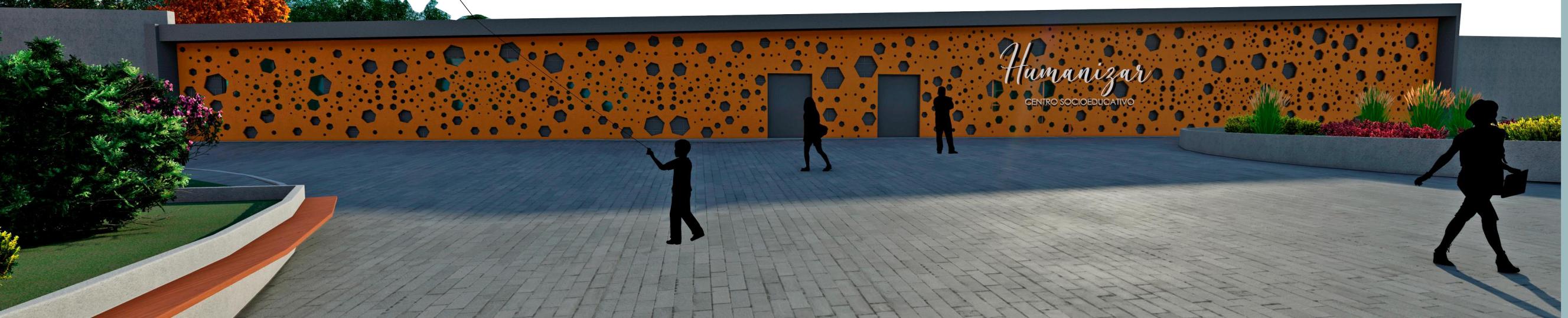
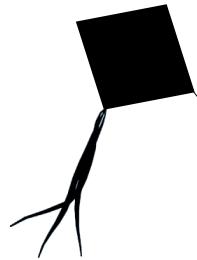


Corte EE



Corte FF

Perspectivas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscou-se expor a urgência da discussão do sistema socioeducativo do Brasil. O estudo aqui presente perpassou pelo histórico do sistema penal, chegando ao que diz respeito à população infanto-juvenil. Com essa pesquisa, constatou-se que, o sistema vigente no país ainda está muito aquém do ideal. Desta forma, os níveis de reincidência dos jovens para o sistema socioeducativo se mantêm alto, chamando atenção para a necessidade de mudança.

Este trabalho buscou focar em uma das medidas socioeducativas, que é a internação, onde os jovens ficam privados de sua liberdade em um Centro especializado. Normalmente, o que deveria se assemelhar a um colégio interno, onde os adolescentes teriam acesso à estudo de qualidade, saúde e lazer, se assemelha mais a presídios repletos de descaso.

Em Goiânia há apenas um Centro, o qual, mesmo passando por reformas recentemente, ainda está distante do ideal. A escolha para tratar de um Centro Socioeducativo, se deu na tentativa de ampliar este serviço na cidade, além de melhorá-lo.

A maior dificuldade em propor um Centro de Internação, é que a melhoria do serviço envolve uma vasta equipe multidisciplinar. Mas no que diz respeito à arquitetura, foi proposto ambientes ressocializantes, ou seja, com características que irão auxiliar na reinserção social destes jovens infratores. Este processo de mudança traz inúmeros desafios, visto que é necessário romper com estruturas tradicionais de coerção, mas é acreditando no potencial transformador da arquitetura e em um futuro melhor para o país, é que este trabalho se estruturou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MORAIS, Bruno. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. Revista Liberdades. São Paulo. Numero 11. 22. Setembro, 2012.
- VASCONCELOS, Renata Thaís Bomm. Humanização de ambientes hospitalares: características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior. 2004. 177p. il. color. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- BRASÍLIA, Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil. Brasília, 2015.
- BENELLI, SJ. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- MENDES, Pedro. Processo De Ressocialização E Convívio Interno: um olhar pela disciplina aplicada numa prisão. P132. Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, Outubro, 2017.
- CORDEIRO, Suzann. Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/480>>. Acesso em: 03 set. 2020.
- OLIVEIRA, Fernanda. O modelo penitenciário do século XIX. 2014. P14. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de fora, 2014.
- MUSIAL, Marcos. O jovem infrator e o sistema carcerário no Brasil. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-157/o-jovem-infrator-e-o-sistema-carcerario-brasileiro/>> Acesso em: 03 Set. 2020.
- MONTENEGRO, Marília. Adolescentes infratores: punir e ressocializar. Uma análise teórica e prática da inimputabilidade penal dos menores de dezoito anos e sua responsabilidade perante o Estatuto da Criança e Adolescente. 133. Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2017.
- BLOG VII TURMA DE DIREITO. A criação do ECA no seu contexto histórico e suas prioridades na proteção integral da criança e do adolescente. Disponível em: <<http://direito7turma.blogspot.com/2014/05/a-criacao-do-eca-no-seu-contexto>> Acesso em: 07 set. 2020.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. ECA- Linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes. Disponível em: <<http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>> Acesso em: 08 Set. 2020
- BERTOLETTI, Roberta. Uma Contribuição da arquitetura para a reforma psiquiátrica: estudo no Residencial Terapêutico Morada São Pedro em Porto Alegre. Florianópolis, SC, 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2010.
- Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Disponível em: <<http://fundacaotelefonicaativo.org.br/pr-omenino/trabalho infantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/>> Acesso em: 5 de Set. de 2020

- Janiere Portela Leite Paes. O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e retrocessos. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/35183/o-codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-avancos-e-retrocessos#:~:text=Em%201942%20se%20cria%20o,%2C%20de%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20correcional%2Drepressiva>> Acesso em: 08 Set. 2020
- Jennifer Ann Thomas. Contato com a natureza melhora a saúde mental, mostra estudo. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/impacto/contato-com-a-natureza-melhora-a-saude-mental-mostra-estudo/>> Acesso em: 03 de Set 2020.
- Prisão Storstrøm / C.F. Møller-14 Jan 2018. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/886790/prisao-storstrom-cf-moller>> Acesso em: 06 Set. 2020
- Colégio Pies Descalzos / Giancarlo Mazzanti 28 Out 2014. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/734163/colégio-pies-descalzos-giancarlo-mazzanti>> Acessado em: 06 Set. 2020